



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA
CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO**

PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO

**CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO
(Subsequente)**

Julho-2016

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

► **REITORIA**

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes | **Reitor**

Mary Roberta Meira Marinho | **Pró-Reitora de Ensino**

Degmar Francisca dos Anjos | **Diretor de Educação Profissional**

Rivânia de Souza Silva | **Diretora de Articulação Pedagógica**

► **CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO**

Keitiana de Souza Silva | **Diretora Geral**

Andreza Ferreira Lima de Paiva | **Chefe de Departamento de Administração**

Marcelo Garcia de Oliveira | **Coordenador de Ensino**

Cinthyra Raquel Pimentel da Mota | **Coordenadora Pedagógica**

Jailma Freire Marinho | **Coordenador do Curso Técnico em Guia de Turismo**

► **CONSULTORIA PEDAGÓGICA**

Cinthyra Raquel Pimentel da Mota | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Rivânia de Souza Silva | **IFPB/PRE/DAPE**

► **REVISÃO FINAL**

Tibério Ricardo de Carvalho Silveira | **IFPB/PRE/DAPE**

► **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

(Portaria DG/CACC nº 06 de 21 de Março de 2016)

André Carlos Pereira Campos | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Andreza Ferreira Lima de Paiva | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Cinthyra Raquel Pimentel da Mota | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Gustavo Elia Assad | **IFPB/Campus Santa Rita**

Isabela Augusta Carneiro Bezerra | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Keitiana de Souza Silva | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Marcelo Garcia de Oliveira | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Renálide de Carvalho Morais Fabricio | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

Ynakam Luis de Vasconcelos Leal | **IFPB/Campus Avançado Cabedelo Centro**

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 CONTEXTO DO IFPB	7
2.1 Dados	7
2.2 Síntese Histórica.	7
2.3 Missão Institucional.	15
2.4 Valores e Princípios.	15
2.5 Finalidades.	16
2.6 Objetivos.....	17
3 CONTEXTO DO CURSO	19
3.1 Dados Gerais.	19
3.2 Justificativa.....	19
3.3 Concepção do Curso.....	22
3.4 Objetivos do Curso.....	25
3.5 Perfil do Egresso.	26
3.6 Possibilidades do campo de atuação.....	26
4 MARCO LEGAL	28
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
6 METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS	34
7 MATRIZ CURRICULAR	37
7.1 Fluxograma	38
8 PLANOS DE DISCIPLINA	39
Português aplicado	39
Segurança e primeiros socorros	41
Inglês I	44
Fundamentos de ecologia e responsabilidade ambiental	46
Fundamentos de turismo, hospitalidade e lazer	49
Relações interpessoais	51
Manifestação da cultura popular	53
Direitos humanos e cidadania	55
Patrimônio histórico-cultural	57
História aplicada ao turismo regional	59
Geografia aplicada ao turismo regional	61
Técnicas e práticas de guiamento regional	64
História do Brasil e América do Sul	67
Geografia do Brasil e América do Sul	69
Operacionalização de roteiros de viagem	71
Legislação do turismo	73

Inglês II	75
Metodologia da pesquisa científica	77
Espanhol	80
Informática básica	82
Turismo náutico	84
História da arte aplicada ao turismo	86
Empreendedorismo	88
Técnicas e práticas de guiamento nacional	90
9 REGULAMENTO DIDÁTICO PARA OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES	93
9.1 Ingresso e Matrícula	93
9.2 Trancamento e Reabertura de matrícula	93
9.3 Aproveitamento de conhecimentos adquiridos	94
9.4 Transferência e adaptação curricular	95
9.5 Reingresso	95
9.6 Avaliação	96
9.7 Aprovação e Reprovação	98
9.8 Reposição das avaliações	99
9.9 Regime especial de exercício domiciliar	99
9.10 Práticas Profissionais	100
9.11 Estágio Curricular Supervisionado	101
9.12 Jubilamento	101
9.13 Diplomação	102
10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	103
10.1 Docente.....	103
10.2 Técnico Administrativo.....	104
11 BIBLIOTECA	104
12 INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA	105
13 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE).....	106
14 LABORATÓRIOS	108
15 AMBIENTE DA ADMINISTRAÇÃO	109
16 AMBIENTE DA COORDENAÇÃO DE CURSO.....	110
17 SALAS DE AULA.....	110
18 REFERÊNCIAS.....	111

1 APRESENTAÇÃO

Considerando a atual política do Ministério da Educação – MEC, lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) e o Decreto nº 5.154/2004, que define a articulação como nova forma de relacionamento entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio, assim como, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, e na resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o IFPB, Campus Avançado Cabedelo Centro – CACC, apresenta o seu Plano Pedagógico de Curso Técnico em Guia de Turismo, pertencente ao Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, na forma subsequente.

Partindo da realidade, a elaboração do referido plano primou pelo envolvimento dos profissionais, pela articulação das áreas de conhecimento e pelas orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT – 2012: Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012; Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de dezembro de 2014), na definição de um perfil de conclusão e de competências básicas, saberes e princípios norteadores que imprimam à proposta curricular, além da profissionalização, a formação omnilateral dos sujeitos.

Na sua ideologia, este Plano Pedagógico se constitui instrumento teórico-metodológico que visa alicerçar e dar suporte ao enfrentamento dos desafios do Curso Técnico em Guia de Turismo de uma forma sistematizada, didática e participativa. Determina a trajetória a ser seguida pelo público-alvo no cenário educacional e tem a função de traçar o horizonte da caminhada, estabelecendo a referência geral, expressando o desejo e o compromisso dos envolvidos no processo.

Um dos desafios desta instituição é formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da geração dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua aplicação eficaz na sociedade, em geral, e no mundo do trabalho, em particular.

Com isso, pretende-se que os resultados práticos estabelecidos neste documento culminem em uma formação globalizada e crítica para os envolvidos no processo formativo e beneficiados ao final, de forma que se exerça, com fulgor, a cidadania e se reconheça a educação como instrumento de transformação de realidades e responsável pela resolução de problemáticas contemporâneas.

Sendo assim, este Plano Pedagógico de Curso, se configura como instrumento de ação política balizado pelos benefícios da educação de qualidade, tendo a pretensão de direcionar o cidadão educando ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas no âmbito da Instituição e profissionais, após ela, pautando-se na competência, na habilidade e na cooperação.

Assim, com a criação do Curso Técnico em Guia de Turismo no Município de Cabedelo, o IFPB consolida a sua vocação de instituição formadora de profissionais cidadãos capazes de lidarem com o avanço da ciência e da tecnologia e dele participarem de forma proativa configurando condição de vetor de desenvolvimento tecnológico e de crescimento humano.

2 CONTEXTO DO IFPB

2.1.DADOS

CNPJ:	10.783.898/0001-75		
Razão Social:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA		
Unidade:	Campus Avançado Cabedelo Centro		
Esfera Adm.:	Público Federal		
Endereço:	Av. Duque de Caxias, s/n – Centro		
Cidade:	Cabedelo - PB	CEP: 58100-263	UF PB
Fone:	(83) 3248-5417		
E-mail:			
Site:	http://www.ifpb.edu.br/campi/crpnm		

2.2.SÍNTESE HISTÓRICA

O atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem mais de cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (1909 a 1937), Liceu Industrial de João Pessoa (1937 a 1961), Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba (1961 a 1967), Escola Técnica Federal da Paraíba (1967 a 1999), Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (1999 a 2008) e, a partir de 2008, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Criado no ano de 1909, através de decreto presidencial de Nilo Peçanha, o seu perfil atendia a uma determinação contextual que vingava à época. Como primeira denominação, a Escola de Aprendizes Artífices foi concebida para prover de mão de obra o modesto parque industrial brasileiro que estava em fase de instalação.

Àquela época, a Escola atendia aos chamados “desvalidos da sorte”, pessoas desfavorecidas e até indigentes, que provocavam um aumento desordenado na população das cidades, notadamente com a expulsão de escravos das fazendas,

que migravam para os centros urbanos. Tal fluxo migratório era mais um desdobramento social gerado pela abolição da escravatura, ocorrida em 1888, que desencadeava sérios problemas de urbanização.

O IFPB, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital dos estados da federação, como solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir dos anos 30.

A Escola da Paraíba, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, inicialmente funcionou no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, depois se transferiu para o Edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960 e, finalmente, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, Capital.

Ainda como Escola Técnica Federal da Paraíba, no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras - UNED.

Enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET–PB), a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão em suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Educação Profissional (NEP), que funciona à Rua das Trincheiras.

Em 2007, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba vivenciou a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UNED-CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo.

Desde então, em consonância com a linha programática e princípios doutrinários consagrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e normas dela decorrentes, esta instituição oferece às sociedades paraibana e brasileira cursos técnicos de nível médio (integrado e subsequente) e cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciatura.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o CEFET passou à condição de IFPB, como uma Instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba. Além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, a Instituição desenvolve um amplo

trabalho de oferta de cursos extraordinários, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão. Dessa forma, em obediência ao que prescreve a Lei, o IFPB tem desenvolvido estudos que visam oferecer programas para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública.

Para ampliar suas fronteiras de atuação, o Instituto desenvolve ações na modalidade de Educação a Distância (EAD), investindo com eficácia na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e de pesquisa aplicada, preparando as bases à oferta de pós-graduação nestes níveis, horizonte aberto com a nova Lei.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional, Fase II, do Governo Federal, o Instituto implantou mais cinco *Campi*, no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas polos de desenvolvimento regional, como Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos e Cabedelo.

Dessa forma, o Instituto Federal da Paraíba contempla ações educacionais em João Pessoa e Cabedelo (Litoral), Campina Grande (Brejo e Agreste), Picuí (Seridó Oriental e Curimataú Ocidental), Monteiro (Cariri), Patos, Cajazeiras, Sousa e Princesa Isabel (Sertão), conforme Figura 1.

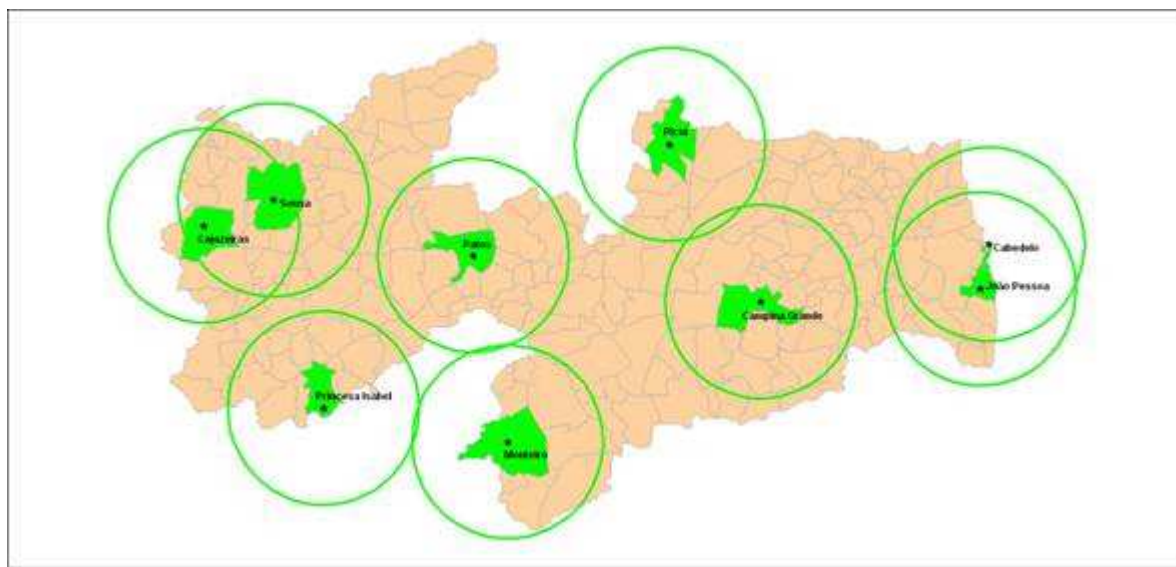


Figura 1. Localização geográfica dos *campi* do IFPB no Estado da Paraíba.

As novas unidades educacionais levam a essas cidades e adjacências Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, proporcionando-lhes crescimento pessoal e formação profissional, oportunizando o desenvolvimento socioeconômico regional, resultando em melhor qualidade de vida à população beneficiada. A diversidade de cursos ofertada pela Instituição se alicerça na sua experiência e tradição na Educação Profissional.

O Instituto Federal da Paraíba, considerando as definições decorrentes da Lei nº. 11.892/2009, observando o contexto das mudanças estruturais ocorridas na sociedade e na educação brasileira, adota um Projeto Acadêmico baseado na sua responsabilidade social advinda da referida Lei, a partir da construção de um projeto pedagógico flexível, em consonância com o proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando produzir e reproduzir os conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos, de modo a proporcionar a formação plena da cidadania, que será traduzida na consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O IFPB atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Saúde e Meio Ambiente, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação e Segurança.

Nessa perspectiva, a organização do ensino no Instituto Federal da Paraíba oferece aos seus alunos oportunidades em todos os níveis da aprendizagem, permitindo o processo de verticalização do ensino. Ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social, o IFPB atua em Programas tais como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (**PRONATEC**), que foi implantado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, e o “**Programa Mulheres Mil**” que foi instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Segundo a “Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012” que traz o “Documento de referência para apresentação e seleção de projetos”, o Programa Mulheres Mil visa à aplicação de uma metodologia de trabalho “desenvolvida para acolher mulheres que se

encontram em diversos contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social e incluí-las no processo educacional e no mundo do trabalho”. A oferta, propiciando o prosseguimento de estudos através do Ensino Técnico de Nível Médio, do Ensino Tecnológico de Nível Superior, das Licenciaturas, dos Bacharelados e dos estudos de Pós-Graduação *lato sensu e stricto sensu*.

Além de desempenhar o seu próprio papel na qualificação e requalificação de recursos humanos, o IFPB atua no suporte tecnológico às diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, bem como no apoio às necessidades tecnológicas empresariais. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas, gradativamente, vem se consolidando no contexto macrorregional delimitado pelos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

O Instituto Federal da Paraíba, em sintonia com o mercado de trabalho e com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, traça as estratégias para a implantação de 06 (seis) novos *campi* nas cidades de Guarabira, Itaporanga, Itabaiana, Catolé do Rocha, Santa Rita e Esperança, contemplados no Plano de Expansão III. Assim, junto aos *campi* já existentes, promovem a interiorização da educação no território paraibano (Figura 2).

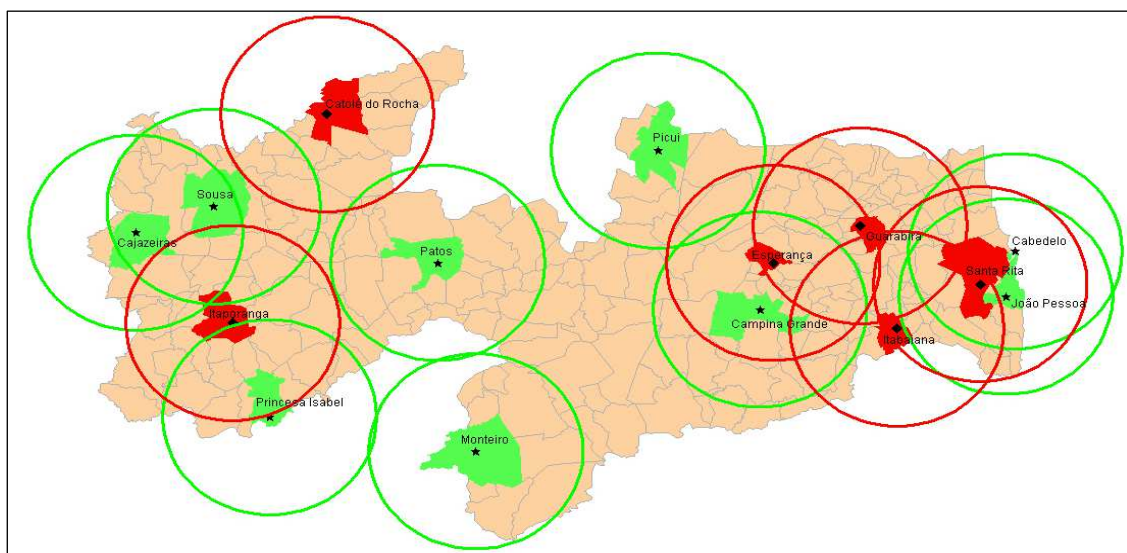


Figura 2. Municípios paraibanos contemplados com o Plano de Expansão III do IFPB.

O IFPB tem ampliado a expansão em todo o território paraibano. Inclusive, projetado e sinalizado a abertura de novos *Campi*. Hoje além dos *Campi*

consolidados que já existem distribuídos em todo o estado, localizando-se nas cidades de Cajazeiras, Campina Grande, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Sousa e Cabedelo. Estão em fase de Implantação o *Campus* de Esperança, o *Campus* de Itaporanga, o *Campus* de Itabaiana, o *Campus* de Santa Rita, o Centro de Referência de Santa Luzia, o *Campus* Avançado de Areia, o *Campus* Avançado de Mangabeira – João Pessoa, o *Campus* Avançado de Soledade, o *Campus* Avançado de Pedras de Fogo, o *Campus* Avançado de Catolé do Rocha e o *Campus* Avançado de Cabedelo Centro.

2.2.1 O MUNICÍPIO DE CABEDELLO

Cabedelo é um município da Região Metropolitana de João Pessoa no estado da Paraíba no Brasil. Tem uma área de 31,915 quilômetros quadrados, com medidas singulares: 18 quilômetros de extensão por apenas três quilômetros de largura. Sua população em 2015 foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 65 634 habitantes. Em mapas holandeses do século XVII, aparecia como uma ilha por causa dos rios Jaguaribe e Mandacaru. Atualmente, encontra-se conurbada com a capital paraibana, João Pessoa, e serve como uma cidade-dormitório. A estrada de Cabedelo (BR-230) é a principal ligação entre as duas cidades. É o município mais rico do estado em produto interno bruto *per capita*, pois possui um produto interno bruto superior a 2,2 bilhões de reais segundo dados atualizados de 2007. Possui um dos maiores produtos internos brutos proporcionais do Nordeste, comparável a cidades como Ipojuca e Guamaré.

Dentre suas atividades econômicas, predominam pela ordem, o comércio, inclusive o de derivados de petróleo, os serviços de operações portuárias, a pesca, a indústria e o turismo. Fazem parte do município de Cabedelo os distritos: Renascer (Criado pela Lei 614/91 de 20 de Junho de 1991); Poço (Criado pela Lei 651/92 de 10 de Abril de 1992); e Intermares (Aprovação do loteamento na década de 80).

De acordo com dados do IBGE (2010), Cabedelo tem uma área territorial de aproximadamente 32 km²; está localizado nas coordenadas geográficas de latitude 6° 58' 21" S e longitude 34° 50' 18" W.



Figura 3. Mapa territorial da cidade de Cabedelo, Paraíba.

O município está incluído na área geográfica de abrangência da zona fisiográfica do litoral paraibano. Insere-se na unidade geoambiental dos Tabuleiros Costeiros. Possui aproximadamente 15 quilômetros de costa com praias urbanizadas. Tem, ainda, todo o estuário do rio Paraíba, com mangues. A Ilha da Restinga é parte integrante do município.

O clima é tropical chuvoso com verão seco, com temperatura máxima de 35°C e mínima de 22°C. As chuvas começam geralmente em abril e terminam em julho. A vegetação é bastante diversificada, apresentando a predominância de faixas de Mata Atlântica (floresta subperene-fólia com faixas subcaducifólia), coqueirais e manguezais, bem como vegetação de transição cerrado/floresta.

Cabedelo está inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, região do Baixo Paraíba. O principal curso d' água é o Rio Mandacarú. Todos os rios têm regime permanente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba desenvolve trabalhos na área de pesca e navegação marítima no município de Cabedelo desde 1999 através do Núcleo de Pesca Oceânica que deu origem em 2004 ao Centro de Formação em Pesca e Cultura Marítima. A importância deste trabalho culminou com a criação em 2009 do Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima (CRPNM), um centro de excelência com o objetivo de contribuir para melhoria socioeconômica do setor da pesca por meio da formação profissional proporcionando maior trânsito e inserção no mundo do trabalho.

Em 20 de novembro de 2012, na reunião do Conselho Nacional dos Institutos Federais (CONIF), o CRPNM/IFPB assinou com a Diretoria de Portos e Costas - DPC/Marinha do Brasil e o Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA um Termo de Cooperação Técnica que o credita a ministrar os cursos do Ensino Profissional Marítimo. A parceria para a oferta dos cursos de formação de aquaviários surgiu com base no memorando de entendimento, publicado no DOU em 30 de outubro de 2012, assinado entre o Ministério da Defesa (MD), o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e a Marinha do Brasil (MB), que possibilita a oferta de cursos para o 1º, 2º e 3º grupos, Marítimos, Fluviários e Pescadores. Em 2013, o CRPNM criou as primeiras turmas dos cursos de Formação de Aquaviários que antes eram de responsabilidade exclusiva da Marinha do Brasil.

No final de 2013, o Ministério da Educação estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão, através da portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 e publicado no D.O.U. de 31 de dezembro de 2013, em seu Art.3º, Inciso II que define a constituição e estruturação da unidade administrativa do *Campus Avançado*, vinculado administrativamente a um *campus* ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada. No Art. 5º se diz que “Os Institutos Federais poderão criar Centros de Referência, vinculados às suas respectivas Reitorias, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica”. A portaria nº 1.291/2013 vinculou o CRPNM à Reitoria do IFPB, referenciando as ações educacionais do CRPNM.

Em 21 de janeiro de 2015, o Ministério da Educação, através da portaria nº 27, publicado no D.O.U. - seção 1 - edição nº 15, página 8, de 22 de janeiro de 2015, autoriza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba a promover, no âmbito de suas estruturas organizacionais, o funcionamento do *Campus Avançado Cabedelo Centro*.

2.3. MISSÃO INSTITUCIONAL

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, (2015-2019) estabelece como missão dos *campi* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB:

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

2.4. VALORES E PRINCÍPIOS

No exercício da Gestão, a partir de uma administração descentralizada, o IFPB dispõe a unidade de ensino do *Campus Avançado Cabedelo Centro* à autonomia da Gestão Institucional democrática, tendo como referência os seguintes princípios, o que não se dissocia do que preceitua a Instituição:

- a) Ética: requisito básico orientador das ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano: desenvolver o ser humano, buscando sua integração à sociedade através do exercício da cidadania, promovendo o seu bem-estar social;
- c) Inovação: buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência: promover a melhoria contínua dos serviços prestados;
- e) Autonomia: administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*;
- f) Transparência: disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade;
- g) Respeito: atenção com alunos, servidores e público em geral;

h) Compromisso Social: participação efetiva nas ações sociais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade.

2.5.FINALIDADES

Segundo a Lei 11.892/08, o IFPB é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O Instituto Federal da Paraíba atuará em observância com a legislação vigente com as seguintes finalidades:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal da Paraíba;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico e criativo;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e

tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente, as voltadas à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida;

X. Promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e Internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.

2.6. OBJETIVOS

Observadas suas finalidades e características, são objetivos do Instituto Federal da Paraíba:

I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e ambientais;

V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI. Ministrando em nível de educação superior:

- a. cursos de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática e da educação profissional;
- c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3 CONTEXTO DO CURSO

3.1.DADOS GERAIS

Denominação	Curso Técnico em Guia de Turismo
Forma	Subsequente
Eixo Tecnológico	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Duração	02 (Dois) semestres
Instituição	IFPB – <i>Campus Avançado Cabedelo Centro</i>
Carga Horária Total	1.110 horas
Estágio	200 horas
Turno de Funcionamento	Noturno
Vagas Anuais	30

3.2.JUSTIFICATIVA

O turismo se consolida como uma das mais importantes atividades com as quais está envolvido o homem na atualidade, seja de forma profissional, seja como o próprio turista. A dinâmica do mundo moderno determina padrões de comportamento complexos e a necessidade de viajar está implícita neles. Este elemento comportamental cria espaço para atividades econômicas que se dediquem à organização de produtos e serviços que proporcionem a este mesmo homem a oportunidade de atender esta sua necessidade de forma ainda mais prazerosa.

Suas perspectivas seduzem toda sorte de interesses e visões, transformando-o em elemento central na preocupação de governos e gestores, cientistas e estudiosos, indivíduo e comunidade. Para orientar de forma mais efetiva a combinação dessas forças, o Instituto Federal da Paraíba (Campus Avançado Cabedelo Centro) tem por obrigação chamar para si a definição da pauta dessa articulação, considerando sua condição de referência como facilitadora de espaços axiologicamente isentos para a reflexão sobre o tema; fomentadora da discussão de seus mecanismos; patrocinadora da investigação de seus aspectos determinantes; e instituição capacitada para articular o conhecimento multidisciplinar fundamental quando se trata de turismo.

Como já foi destacado, o interesse pelo Turismo é progressivo, considerando o volume de recursos públicos e privados aplicados no setor nos últimos anos, com

a implantação de infraestrutura, hotéis, restaurantes e diferentes empreendimentos de lazer.

Entretanto, a rapidez do crescimento não tem vindo acompanhada desta necessária reflexão acerca das bases de seu desenvolvimento e, ainda menos, orientada por uma clara missão.

Mesmo quando esta reflexão esteja identificada e uma missão definida, a dinâmica própria da sua evolução natural, determinada por mudanças tanto do comportamento humano quanto da estrutura e formato de organização social, exige o constante acompanhamento e estudo dos temas pertinentes ao assunto. Assim, a forma mais efetiva de participação do Instituto neste processo é, por um lado, através da educação e qualificação das pessoas, capacitando-as para pensar o turismo em sua complexidade e importância, e habilitando-as para a ação repercussiva. E, por outro lado, através da articulação e integração entre os distintos segmentos que o compõem.

O reconhecimento das viagens de turismo como uma necessidade humana, derivada de motivos que vão desde os notadamente involuntários até os absolutamente eletivos, e a expansão meteórica de suas atividades, impulsionam a demanda por conhecimento sobre seu alcance, importância, mecanismos de funcionamento, potencialidades, expectativas, bases de desenvolvimento, entre tantos outros assuntos envolvidos com esta alternativa de ócio e lazer humano.

O turismo, neste contexto, é tido como importante alternativa para o desenvolvimento de muitas localidades. No entanto, o turismo não pode ser visto como única e indiscriminada solução para os problemas de estruturação social. Ele deve ser pensado como alternativa ao desenvolvimento a partir de análises estruturais e comportamentais profundas, que resultem em indicadores multidimensionais de seus impactos.

O turismo já é uma atividade econômica importante no Nordeste, a região lidera a relação consumo turístico/PIB entre as macrorregiões brasileiras, com 9,8%. Os dados estão no Estudo da Demanda Turística Doméstica no Brasil 2012, encomendado pelo Ministério do Turismo à Fipe. Entretanto, a atividade ainda apresenta enorme potencial de crescimento; basta verificar que, em termos mundiais, o turismo responde por 10% do PIB, enquanto que no Nordeste apresenta uma média de 3,5% do PIB. Na sequência as tabelas corroboram com a confirmação do crescente estatístico na região Nordeste, nas capitais e estados.

Fluxo Turístico nas Capitais do Nordeste - 2002/11

Capitais	Fluxo Turístico nas Capitais do NE (mil)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
NORDESTE	9.398	9.382	10.050	10.911	11.465	11.826	12.052	12.984	14.221	15.137
Salvador (BA)**	2.064	2.193	2.281	2.372	2.490	2.616	2.620	2.848	2.990	3.140
Recife (PE)	1.966	1.984	2.009	2.095	2.083	2.128	2.214	2.297	2.479	2.648
Fortaleza (CE)	1.629	1.551	1.784	1.969	2.062	2.079	2.178	2.467	2.692	2.848
Natal (RN)	1.000	1.007	1.202	1.356	1.373	1.351	1.391	1.476	1.650	1.707
Maceió (AL)*	890	1.013	952	1.101	1.068	1.014	1.018	1.096	1.248	1.297
São Luís (MA)*	494	455	599	663	881	984	959	1.013	1.145	1.313
Aracaju (SE)*	309	318	283	323	392	431	422	443	510	549
João Pessoa (PB)	643	538	668	712	764	802	837	893	955	990
Teresina (PI)*	403	323	272	320	352	421	413	451	552	645

Fonte: GTP/CTI-NE, Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados do Nordeste e PDITS.

Obs: (*) Dados estimados (**) 2006 a 2009 preliminares

Fluxo Turístico nos Estados do Nordeste - 2002/11

Estados	Fluxo Turístico nos Estados do NE (mil)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
NORDESTE	15.932	15.883	17.096	18.599	19.572	20.109	20.485	22.069	24.069	25.702
Bahia **	4.428	4.709	4.897	5.093	5.348	5.493	5.502	5.980	6.279	6.593
Pernambuco	3.277	3.313	3.352	3.498	3.530	3.643	3.776	3.945	4.258	4.558
Ceará	2.685	2.396	2.806	3.150	3.299	3.368	3.528	3.997	4.361	4.614
Rio Grande Norte	1.424	1.452	1.783	2.082	2.187	2.180	2.201	2.327	2.575	2.754
Alagoas*	1.334	1.519	1.428	1.651	1.603	1.521	1.527	1.644	1.872	1.946
Maranhão*	790	728	958	1.061	1.410	1.536	1.497	1.581	1.787	2.049
Sergipe*	464	509	487	534	536	586	600	602	694	747
Paraíba	909	759	949	1.018	1.096	1.151	1.194	1.271	1.360	1.409
Piauí*	621	498	435	512	563	631	661	722	883	1.032

Fonte: GTP/CTI-NE, Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados do Nordeste e PDITS.

Obs: (*) Dados estimados (**) 2006 a 2009 preliminares

Uma expansão do turismo receptivo do Nordeste em direção aos níveis internacionais mencionados, dependerá, entretanto, de enorme esforço de melhoria da infraestrutura, o que envolve a capacitação de pessoas para gerir um setor não só mais importante, mas também mais sofisticado e competitivo.

Para fomentar esta perspectiva e atender a respectiva demanda por conhecimento, cabe às instituições de ensino e pesquisa propor mecanismos de articulação entre a informação e a ação, entre método e práxis, entre conhecimento e efetividade, o que representa responder às demandas, identificar problemas, buscar alternativas e propor soluções.

Diante da importância que assume o fenômeno também em nosso contexto mais próximo e pelos intrincados interesses que envolvem suas atividades, O Instituto, considerando sua capacidade e condições, deve liderar este fórum, trazendo para si a responsabilidade de orientar, consultar e monitorar o

desenvolvimento do turismo nesta região e, nada mais legítimo que fazê-lo através da oferta de um Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo.

Assim, o Curso Técnico Subsequente em Guia de Turismo do Instituto Federal da Paraíba espera atender a necessidade de compreensão pelo desenvolvimento de estudos dos fenômenos que caracterizam suas atividades inerentes, considerando as reconhecidas potencialidades da região e da conseqüente demanda por conhecimento de sua dinâmica e amplitude, seja em nível local, regional, nacional ou internacional.

3.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso Técnico em Guia de Turismo está orientado pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT, 2016 – Resolução CNE/CEB nº 01/2014), e se insere no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, na forma subsequente, estando balizado pelo Decreto nº 946/93, pela portaria nº 27/2014, pela Deliberação Normativa nº 426/2001, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo, e ainda pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2012 de 09 de maio de 2012 e a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de Setembro de 2012, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela LDB (Lei nº 9.394/96), alterada pela Lei nº 11.741/2008, ainda pela lei nº 8.623/93, e demais legislações educacionais específicas e ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e regulamentos internos do IFPB.

A concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia é o princípio que sintetiza todo o processo formativo por meio de estratégias pedagógicas apropriadas e recursos tecnológicos articulados de forma a oferecer um curso técnico com o mesmo nível de qualidade daqueles ofertados na forma integrada.

O **trabalho** é conceituado, na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência. Essa dimensão do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

A **ciência** é um conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. Se expressa na forma de conceitos representativos das

relações de forças determinadas e apreendidas da realidade. Os conhecimentos das disciplinas científicas produzidos e legitimados socialmente ao longo da história são resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. Nesse sentido, a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.

Entende-se **cultura** como o resultado do esforço coletivo tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

A **tecnologia** pode ser entendida como transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada desde sua origem pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. O desenvolvimento da tecnologia visa à satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. A partir do nascimento da ciência moderna, pode-se definir a tecnologia, então, como mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real).

Compreender o **trabalho como princípio educativo** é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos assim, equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la e, ainda, que é sujeito de sua história e de sua realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Considerar a **pesquisa como princípio pedagógico** instigará o educando no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gerando inquietude, na perspectiva de que possa ser protagonista na busca de informações e de saberes.

O currículo do Curso Técnico em Guia de Turismo está fundamentado nos pressupostos de uma educação de qualidade, com o propósito de formar um profissional/cidadão que, inserido no contexto de uma sociedade em constante transformação, atenda às necessidades do mundo do trabalho com ética, responsabilidade e compromisso social.

O currículo, na forma integrada, preconiza a articulação entre educação geral e formação profissional, com planejamento e desenvolvimento de Plano Pedagógico construído coletivamente, que remete a elaboração de uma matriz curricular integrada, consolidando uma perspectiva educacional que assegure o diálogo permanente entre saber geral e profissional e que o discente tenha acesso ao conhecimento das inter-relações existentes entre o trabalho, cultura, a ciência e a tecnologia, que são os eixos norteadores para o alcance de uma formação humana integral.

Dentre os princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM, conforme Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de Setembro de 2012, destacamos:

- Relação e articulação entre a formação geral desenvolvida no ensino médio na preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- Integração entre educação e trabalho, ciência, tecnologia e cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular;
- Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos de aprendizagem;
- Integração de conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva da articulação entre saberes específicos, tendo trabalho e pesquisa, respectivamente, como princípios educativo e pedagógico;
- Identidades dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- Reconhecimento das diversidades dos sujeitos, inclusive de suas realidades étnico-culturais, como a dos negros, quilombolas, povos indígenas e populações do campo;
- Atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados com base em ampla e confiável base de dados.

3.4.OBJETIVOS DO CURSO

3.4.1 Objetivo Geral

Formar profissionais técnicos de nível médio qualificados para atuarem no setor de guia de turismo em nível nacional, com reconhecida competência científica, tecnológica e humanística para o exercício da profissão de Guia de Turismo, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da autonomia, reconhecimento da responsabilidade com o meio ambiente, capazes de responder as exigências não só do mundo do trabalho, mas enquanto cidadão consciente, crítico e ativo na sociedade.

3.4.2 Objetivos Específicos

- Oferecer aos alunos oportunidades para construção de competências profissionais, na perspectiva do mundo da produção e do trabalho, bem como do sistema educativo;
- Desenvolver a educação profissional integrada ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia;
- Oportunizar aos estudantes, a possibilidade de construção de conhecimento tecnológico, através de pesquisas e experiências desenvolvidas;
- Enfatizar, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de todos os saberes e valores necessários ao profissional cidadão, tais como o domínio da linguagem, o raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, entre outros;
- Capacitar os alunos para atuarem na condução de pessoas e/ou grupos nos diversos campos de atuação, que envolvam o turismo;
- Desenvolver o conhecimento da responsabilidade ética e social, capazes de valorizar o patrimônio natural, cultura, histórico e artístico;
- Formar profissionais com competência para orientar turistas sobre roteiros, visitas e itinerários; conduzir grupos em passeios, traslados, respeitando as normas de conduta ética e a legislação; informar sobre os pontos e aspectos históricos, socioculturais, ambientais, dos locais a serem visitados.

3.5. PERFIL DO EGRESSO

Profissional com sólida formação humanística e tecnológica, capaz de analisar criticamente os fundamentos da formação social e de se reconhecer como agente de transformação do processo histórico, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sociopolítico-econômica e o desenvolvimento sustentável, agregando princípios éticos e valores artísticos culturais, para o pleno exercício da cidadania, com competência para compreender tecnologias relacionadas à área de Guia de Turismo em geral.

Busca-se, portanto, estimular a formação de egressos que estejam aptos para as seguintes atividades:

- * Orientar, assistir e conduzir pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação;
- * Informar sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista;
- * Apresentar ao visitante, opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis e, quando for o caso, concebe-os considerando as expectativas ou necessidades do visitante;
- * Utilizar instrumentos de comunicação, localização, técnicas de condução, de interpretação ambiental e cultural.

3.6. POSSIBILIDADES DO CAMPO DE ATUAÇÃO

Consoante ao CNCT 2016 e a Resolução CNE/CEB nº1, de 5 de dezembro de 2014, os egressos do Curso Técnico em Guia de Turismo poderão atuar em agências de viagem e operadoras de turismo. Organismos turísticos. De forma autônoma. Os alunos egressos do referido curso poderão optar pela atuação com Guia Regional ou Guia Nacional, visto que, a matriz curricular do curso abrange as duas formações, conforme legislação específica do órgão que regulamenta as atividades profissionais de Turismo no Brasil.

A lei 8.623 de 1993 descreve em seu artigo 2º as principais atribuições dos guias de Turismo: Constituem atribuições do Guia de Turismo: a) acompanhar,

orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais ou especializadas dentro do território nacional; b) acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil; c) promover e orientar despachos e liberação de passageiros e respectivas bagagens, em terminais de embarque e desembarque aéreos, marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; d) ter acesso a todos os veículos de transporte, durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal; e) ter acesso gratuito a museus, galerias de arte, exposições, feiras, bibliotecas e pontos de interesse turístico, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos, observadas as normas de cada estabelecimento, desde que devidamente credenciado como Guia de Turismo; f) portar, privativamente, o crachá de Guia de Turismo emitido pela Embratur.

O pedido de cadastramento como Guia de Turismo deverá ser apresentado pelo profissional interessado, observadas as disposições do decreto 946, de 1 de outubro de 1993, no órgão ou entidade delegada da Embratur na unidade da federação em que:

I - O Guia de Turismo vá prestar serviços, caso pretenda o cadastramento nas classes de Guia Regional e/ou especializado em atrativos turísticos;

II - O Guia de Turismo esteja residindo, caso pretenda o cadastramento nas classes de Guia de Excursão Nacional e/ou Internacional.

Conforme a especialidade de sua formação profissional e das atividades desempenhadas, comprovadas perante a Embratur os guias de turismo serão cadastrados em uma ou mais das seguintes classes:

I - guia regional - quando suas atividades compreenderem a recepção o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação para visita a seus atrativos turísticos;

II - guia de excursão nacional - quando suas atividades compreenderem o acompanhamento e a assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa.

III - guia de excursão internacional - quando realizarem as atividades referidas para os demais países do mundo;

IV - guia especializado em atrativo turístico - quando suas atividades compreenderem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu à formação profissional específica.

4 MARCO LEGAL

O presente Plano Pedagógico fundamenta-se no que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB), e, das alterações ocorridas, destacam-se, aqui, as trazidas pela Lei nº 11.741/2008, de 16 de julho de 2008, a qual redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Foram alterados os artigos 37, 39, 41 e 42, e acrescido o Capítulo II do Título V com a Seção IV-A, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e com os artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. Esta lei incorporou o essencial do Decreto nº 5.154/2004, sobretudo, revalorizando a possibilidade do Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica, contrariamente ao que o Decreto nº 2.208/97 anteriormente havia disposto.

A alteração da LDB nº. 9.394/96 por meio da Lei nº. 11.741/2008 revigorou a necessidade de aproximação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, que assim asseverou:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na seção IV deste capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I – os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta lei, será desenvolvida de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Assim, a LDB estabelece efetiva articulação com vistas a assegurar a necessária integração entre a formação científica básica e a formação técnica específica, na perspectiva de uma formação integral.

Este é um marco legal referencial interno que consolida os direcionamentos didático-pedagógicos iniciais e cristaliza as condições básicas para a vivência do Curso. Corresponde a um compromisso firmado pelo IFPB *Campus* Avançado Cabedelo Centro, com a sociedade no sentido de lançar ao mercado de trabalho um profissional de nível médio, com domínio técnico da sua área, criativo, com postura crítica, ético e compromissado com a nova ordem da sustentabilidade que o meio social exige. Com isso, este instrumento apresenta a concepção de ensino e de aprendizagem do curso em articulação com a especificidade e saberes de sua área de conhecimento. Nele está contida a referência de todas as ações e decisões do curso.

O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 resgatou diante das várias possibilidades e riscos de enfrentamento enquanto percursos metodológicos e princípios a articulação da educação profissional de nível médio e o ensino médio, não cabendo, assim, a dicotomia entre teoria e prática, entre conhecimentos e suas aplicações. Todos os seus componentes curriculares devem receber tratamento

integrado, nos termos deste Plano Pedagógico de Curso - PPC.

Segue, ainda, as orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - CNCT, instituído pela Resolução CNE/CEB nº 3/2008, posteriormente atualizado pela Resolução CNE/CEB nº 4/2012 e pela Resolução CNE/CEB nº. 01/2014, definindo alterações no CNCT.

O Parecer CNE/CEB nº 11/2012 de 09 de maio de 2012 e a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de Setembro de 2012 definidores das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCN/EPTNM), em atendimento aos debates da sociedade brasileira sobre as novas relações de trabalho e suas consequências nas formas de execução da Educação Profissional. As finalidades e objetivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão aqui contemplados.

Estão presentes, também, como marcos orientadores desta proposta, as decisões institucionais traduzidas nos objetivos, princípios e concepções descritos no PDI/PPI do IFPB e na compreensão da educação como uma prática social.

Considerando que a educação profissional é complementar, portanto não substitui a educação básica e que sua melhoria pressupõe uma educação de sólida qualidade, a qual constitui condição indispensável para a efetiva participação consciente do cidadão no mundo do trabalho, o Parecer 11/2012, orientador das DCNs da EPTNM, enfatiza:

Devem ser observadas, ainda, as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica e, no que couber, as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, bem como as Normas Complementares dos respectivos Sistemas de Ensino e as exigências de cada Instituição de ensino, nos termos de seu Projeto Pedagógico, conforme determina o art. 36-B da atual LDB.

Conforme recomendação, pode-se enfatizar que não é adequada a concepção de educação profissional como simples instrumento para o ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer além do domínio operacional de um

determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura e do trabalho, e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

“O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas” (Resolução CNE/CEB n.06/2012).

O currículo é ainda entendido como a seleção dos conhecimentos historicamente acumulados, considerados relevantes e pertinentes em um dado contexto histórico, e definidos tendo por base o projeto de sociedade e de formação humana que a ele se articula; se expressa por meio de uma proposta pela qual se explicitam as intenções da formação, e se concretiza por meio das práticas escolares realizadas com vistas a dar materialidade a essa proposta.

A matriz curricular do curso busca a interação pedagógica no sentido de compreender como o processo produtivo (prática) está intrinsecamente vinculado aos fundamentos científico-tecnológicos (teoria), propiciando ao educando uma formação plena, que possibilite o aprimoramento da sua leitura do mundo, fornecendo-lhes a ferramenta adequada para aperfeiçoar a sua atuação como cidadão de direitos.

A organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica, por eixo tecnológico, fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos. (Parecer CNE/CEB nº 11/2012, p. 13).

O Curso Técnico em Guia de Turismo está estruturado em regime semestral, no período de dois semestres letivos, sem saídas intermediárias, sendo desenvolvido em aulas de 50 minutos, no turno diurno totalizando 1.110 horas, acrescida de 200 horas destinadas ao estágio supervisionado. No desenvolvimento do curso poderão ser realizadas atividades não presenciais de até 20% do curso, sendo garantido o suporte tecnológico e o atendimento por docentes e tutores,

respeitando o que prevê a Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012 quando define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Serão ofertadas 30 vagas anuais a serem preenchidas através do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos – PSCT, porta de acesso para o mundo das profissões.

Em observância ao CNCT, a organização curricular dos cursos técnicos deve “abordar estudos sobre ética, educação ambiental, normas técnicas e de segurança, historicidade, empreendedorismo, redação técnica, formando profissionais que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade”.

Considerando que a atualização do currículo consiste em elemento fundamental para a manutenção da oferta do curso ajustado às demandas do mundo do trabalho e da sociedade, os componentes curriculares, inclusive as referências bibliográficas, deverão ser periodicamente revisados pelos docentes e assessorados pelas equipes pedagógicas, resguardado o perfil profissional de conclusão.

Desta forma, o currículo do Curso Técnico em Guia de Turismo passará por revisão, pelo menos, a cada 02 (dois) anos, pautando-se na observação do contexto da sociedade e respeitando-se o princípio da educação para a cidadania.

A solicitação para alteração no currículo (reformulação curricular), decorrente da revisão da matriz curricular, deverá ser protocolada à DAPE/PRE e devidamente instruída com os seguintes documentos:

- Portaria da comissão e reformulação da matriz curricular do curso;
- Ata da reunião, realizada pela coordenação do Curso, com a assinatura dos docentes (da área técnica) e do pedagogo que compuserem a comissão de revisão curricular do curso;
- Justificativa da necessidade de alteração (reformulação);
- Cópia da matriz curricular vigente;
- Cópia da matriz curricular sugerida;
- Parecer Pedagógico do campus;
- Resolução do Conselho Diretor do Campus, recomendando o envio de mudança de matriz curricular e duração do curso ao Conselho Superior do IFPB.

Realizada a análise do PPC por parte da DAPE/PRE, o processo será encaminhado para apreciação e emissão de Parecer do CEPE, posteriormente deverá ser enviado à PRE, que remeterá a solicitação de reformulação curricular ao Conselho Superior para homologação.

Em se tratando de classificação, em conformidade com o decreto 946 de 1993, que estabelece as classes de Guia de Turismo, que são especificadas de acordo com a especialidade da formação profissional e das atividades desempenhadas, comprovadas perante a EMBRATUR, existindo então quatro classes: guia regional; guia de excursão nacional; guia de excursão internacional; e, guia especializado em atrativos turísticos.

Assim, guia regional tem sua atividade voltada para recepcionar o traslado, acompanhar e prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação para visita a seus atrativos turísticos.

O guia de excursão nacional tem sua atuação concentrada no acompanhamento e assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso de excursões em nível nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa.

Já o guia de excursão internacional tem por atividade primordial acompanhar pessoas ou grupos em viagens ao exterior.

Por fim, o guia especializado em atrativo turístico desenvolve a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu à formação profissional específica. Este guia, além do curso técnico em guia de turismo regional, precisa de um curso de especialização. Por exemplo: a visita ao Eco Parque de Una-Bahia requer um Guia Especializado em Atrativo Natural que saiba das peculiaridades do local, conheça questões relacionadas à educação ambiental, primeiros socorros, dentre outras disciplinas. Assim a realização de práticas como trilhas e arvorismo tornam-se seguras quando acompanhadas de um Guia de Turismo especializado no atrativo natural.

Deste modo, o referido PPC se vincula a formação de guia regional e nacional, não tendo a intenção de formar guias internacionais, nem especializados. Se observarmos a matriz curricular que apresentamos neste projeto, ela postula e se

enquadra nas diretrizes de formação de Guia Regional e Nacional, visto que, o primeiro semestre se volta totalmente para a formação do Guia Regional e o segundo semestre para a formação do Guia Nacional. Mesmo assim, não haverá certificação intermediária. Ao final do curso, o aluno poderá escolher como se cadastrará na Embratur, podendo inclusive solicitar os dois cadastros, mas devem cumprir todo o itinerário de formação prevista neste PPC.

6 METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS

Partindo do princípio de que a educação não é algo a ser transmitido, mas a ser construída, a metodologia de ensino adotada se apoiará em um processo crítico de construção do conhecimento, a partir de ações incentivadoras da relação ensino-aprendizagem, baseada em pressupostos pedagógicos definidos pelas instituições parceiras do programa.

Para viabilizar aos educandos o desenvolvimento de competências relacionadas às bases técnicas, científicas e instrumentais, serão adotadas, como prática metodológica, formas ativas de ensino-aprendizagem, baseadas em interação pessoal e do grupo, sendo função do professor criar condições para a integração dos alunos a fim de que se aperfeiçoe o processo de socialização na construção do saber.

Segundo Freire (1998, p. 77):

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo, ensina [...]; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais, implica, em função de seu caráter diretivo/objetivo, sonhos, utopia, ideais [...].

A prática educativa também deve ser entendida como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos, contribuindo para que o aluno seja o artífice de sua formação com a ajuda necessária do professor.

A natureza da prática pedagógica é a indagação, a busca, a pesquisa, a reflexão, a ética, o respeito, a tomada consciente de decisões, o estar aberto às novidades, aos diferentes métodos de trabalho. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria-prática porque envolve o movimento dinâmico,

dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

A partir da experiência e da reflexão desta prática, do ensino contextualizado, cria-se possibilidade para a produção e/ou construção do conhecimento, desenvolvem-se instrumentos, esquemas ou posturas mentais que podem facilitar a aquisição de competências. Isso significa que na prática educativa deve-se procurar, através dos conteúdos e dos métodos, o respeito aos interesses dos discentes e da comunidade onde vivem e constroem suas experiências.

Os programas devem ser planejados valorizando os referidos interesses, o aspecto cognitivo e o afetivo. Nessa prática, os conteúdos devem possibilitar aos alunos meios para uma aproximação de novos conhecimentos, experiências e vivências. Uma educação que seja o fio condutor, o problema, a ideia-chave que possibilite aos alunos estabelecer correspondência com outros conhecimentos e com sua própria vida.

Em relação à prática pedagógica, Pena (1999, p.80) considera que o mais importante é que o professor, consciente de seus objetivos e dos fundamentos de sua prática (...) assuma os riscos – a dificuldade e a insegurança - de construir o seu objeto. Faz-se necessário aos professores reconhecer a pluralidade, a diversidade de abordagens, abrindo possibilidades de interação com os diversos contextos culturais. Assim, o corpo docente será constantemente incentivado a utilizar metodologias e instrumentos criativos e estimuladores para que a inter-relação entre teoria e prática ocorra de modo eficiente. Isto será orientado através da execução de ações que promovam desafios, problemas e projetos disciplinares e interdisciplinares orientados pelos professores. Para tanto, as estratégias de ensino propostas apresentam diferentes práticas:

- Utilização de aulas práticas, na qual os alunos poderão estabelecer relações entre os conhecimentos adquiridos e as aulas práticas;
- Utilização de aulas expositivas, dialogadas para a construção do conhecimento nas disciplinas;
- Pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos no seu futuro campo de atuação;
- Discussão de temas: partindo-se de leituras orientadas: individuais e em grupos; de vídeos, pesquisas; aulas expositivas;
- Estudos de Caso: através de simulações e casos reais nos espaços de

futura atuação do técnico em informática;

- Debates provenientes de pesquisa prévia, de temas propostos para a realização de trabalhos individuais e/ou em grupos;
- Seminários apresentados pelos alunos, professores e também por profissionais de diversas áreas de atuação;
- Abordagem de assuntos relativos às novas tecnologias da informação e da comunicação;
- Dinâmicas de grupo;
- Palestras com profissionais da área, tanto na instituição como também nos espaços de futura atuação do técnico em informática;
- Visitas técnicas.

7 MATRIZ CURRICULAR

DISCIPLINAS	1º Semestre			2º Semestre			TOTAL	
	a/s	h.a.	h.r.	a/s	h.a.	h.r.	h.a.	h.r.
Português Aplicado	3	60	50				60	50
Segurança e Primeiros Socorros	2	40	33				40	33
Inglês I	2	40	33				40	33
Fundamentos de Ecologia e responsabilidade Ambiental	2	40	33				40	33
Fundamentos do Turismo Hospitalidade e lazer	3	60	50				60	50
Relações Interpessoais	1	20	17				20	17
Manifestações da Cultura Popular	2	40	33				40	33
Direitos Humanos e Cidadania	2	40	33				40	33
Patrimônio Histórico-cultural	2	40	33				40	33
História Aplicada ao Turismo Regional	2	40	33				40	33
Geografia Aplicada ao Turismo Regional	2	40	33				40	33
Técnicas e Práticas de Guiamento Regional	2	40	33				40	33
História do Brasil e América do Sul				2	40	33	40	33
Geografia do Brasil e América do Sul				2	40	33	40	33
Operacionalização de roteiros de viagens				2	40	33	40	33
Legislação do Turismo				2	40	33	40	33
Inglês II				2	40	33	40	33
Metodologia da Pesquisa Científica				2	40	33	40	33
Espanhol				2	40	33	40	33
Informática Básica				2	40	33	40	33
Turismo Náutico				2	40	33	40	33
História da Arte Aplicada ao Turismo				2	40	33	40	33
Empreendedorismo				2	40	33	40	33
Técnicas Práticas de Guiamento Nacional				2	40	33	40	33
CARGA HORÁRIA TOTAL DOS SEMESTRES	25	500	414	24	480	396	980	810
CARGA HORÁRIA MÍNIMA ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO							200	200
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO							1180	1010

7.1 FLUXOGRAMA

1º SEMESTRE			2º SEMESTRE		
10	PORTUGUÊS APLICADO		23	HISTÓRIA DO BRASIL E AMÉRICA LATINA	19
3			2		
60			40		
11	SEGURANÇA E PRIMEIROS SOCORROS		24	GEOGRAFIA DO BRASIL E AMÉRICA LATINA	20
2			2		
40			40		
12	INGLÊS I		25	OPERACIONALIZAÇÃO DE ROTEIROS DE VIAGENS	
2			2		
40			40		
13	FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL		26	LEGISLAÇÃO DO TURISMO	
2			2		
40			40		
14	FUNDAMENTOS DO TURISMO E HOSPITALIDADE		27	INGLÊS II	12
2			2		
40			40		
15	RELAÇÕES INTERPESSOAIS		28	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	
1			2		
20			40		
16	MANIFESTAÇÃO DA CULTURA POPULAR		29	ESPAÑHOL	
2			2		
40			40		
17	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA		30	INFORMÁTICA BÁSICA	
2			2		
40			40		
18	PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL		31	TURISMO NÁUTICO	
2			2		
40			40		
19	HISTÓRIA APLICADA AO TURISMO REGIONAL		32	HISTÓRIA DA ARTE APLICADA AO TURISMO	
2			2		
40			40		
20	GEOGRAFIA APLICADA AO TURISMO REGIONAL		33	TÉCNICAS E PRÁTICAS DE GUIAMENTO NACIONAL	
2			2		
40			40		
21	TÉCNICAS E PRÁTICAS DE GUIAMENTO REGIONAL		34	EMPREENDEDORISMO	
2			1		
40			20		
20 ha/semana 400 h/semestre 480 ha/semestre			20 ha/semana 383,3 h/semestre 460 ha/semestre		
N	NOME DA DISCIPLINA	P	Legenda		
A/S		P	N	Código da disciplina	
C		P	A/S	Aulas semanais	
			C	Carga horária	
			P	Pre-requisito	

8 PLANOS DE DISCIPLINAS

1º Semestre

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Nome do Componente Curricular: Português Aplicado
Curso: Técnico em Guia de Turismo
Série/Período: 1º semestre
Carga Horária: 60 h/a - 50 h/r
Docente Responsável: Verônica Pereira Batista
EMENTA
<p>Aprimoramento da expressão oral, compreensão e produção de textos correlatos à área do turismo (relatos de viagem, guias, reportagens histórico-culturais, resumos). Tópicos de Gramática aplicada aos textos (coesão e coerência linguística; organicidade, estruturação de parágrafos, concordância, ortografia, acentuação, regência verbo-nominal, pontuação). estratégias argumentativas (confronto de ideias, contra-argumentação, argumento por comprovação). Análise da interação verbal em diferentes situações de produção.</p>
OBJETIVOS
Geral
Compreender e utilizar a linguagem verbal e não verbal como meio de expressão, comunicação e informação, assim como comunicar-se e relacionar-se com desenvoltura, ética e profissionalismo com os diferentes públicos, nas diferentes situações comunicativas
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar o uso da linguagem ao contexto situacional levando em consideração os elementos da comunicação. • Aprimorar a utilização da linguagem não verbal para o guiamento de turistas, utilizando-se de clareza e cordialidade. • Perceber as diferentes variedades linguísticas existentes na língua portuguesa e os níveis de formalidade do contexto situacional. • Reconhecer a importância da boa articulação dos fonemas para a compreensão dos enunciados orais. • Comunicar-se com desenvoltura, cordialidade e liderança, considerando o perfil dos visitantes e promovendo a integração interpessoal. • Atuar com ética em todas as dimensões no percurso de sua formação profissional • Respeitar as diferentes manifestações de linguagem • Relacionar-se com cordialidade, flexibilidade e respeito com os diversos públicos de interação (professores, colegas, profissionais do trade)
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Variedades linguísticas (variações relacionadas a diferenças geográficas,

- sociais, históricas e individuais - de estilo);
- A prática discursiva da leitura.
 - Gênero textual e tipologia textual.
 - Coesão, coerência e intertextualidade.
 - Compreensão leitora
 - Expressão oral
 - Expressão escrita
 - Elementos da comunicação
 - Formalidade x informalidade
 - Linguagem verbal e não verbal
 - Aspectos da oratória (preparação, (in)segurança, informação, entonação e ritmo de voz, linguagem corporal, expressões facial e sonora, entre outros)

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva dialogada (com recursos audiovisuais em alguns momentos), leituras dirigidas, atividades individuais e/ou em grupo, seminários, debates, discussão de textos teóricos, técnico-científicos e oficiais.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação se processará da seguinte forma:

Avaliação escrita envolvendo os aspectos teóricos trabalhados em sala.

Apresentação de seminário em grupo.

Conjunto de todas as atividades desenvolvidas em sala ao longo do semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco; retroprojeter; *data-show*; obras literárias como leitura extraclasse; textos teóricos; material xerocopiado, filmes, músicas, etc.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 17.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Complementar

COUTINHO, M .A. **Texto(s) e competência textual**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a ciência e a tecnologia, 2003.

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Segurança e Primeiros Socorros
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 1º Semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Jailson Oliveira
EMENTA
Evolução da segurança e medicina do trabalho. Acidentes de trabalho. Causas de acidentes. Consequências do acidente. Agentes ambientais. Riscos nas atividades laborais. NRs para segurança do trabalho. Equipamentos de proteção individual e coletiva e sistemas de proteção. Primeiros socorros. Procedimentos de prevenção de trauma. Noções de Legislação.
OBJETIVOS
Geral
Dotar os alunos do conhecimento de ferramentas necessárias para o cumprimento das normas de segurança, higiene e princípios de saúde, levando em consideração aspectos de melhoria da qualidade de vida e de noções de atendimento aos primeiros socorros.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e avaliar os perigos e as consequências decorrentes de suas atividades laborais, levando em consideração não apenas a sua própria, mas também a segurança no ambiente profissional; • Identificar alguns agentes causadores de acidentes ambientais e conhecer medidas de proteção do meio ambiente; • Compreender e utilizar adequadamente a sinalização utilizada em saúde e segurança no trabalho; • Interpretar as legislações e normas de segurança e os elementos básicos de prevenção de acidentes no trabalho, de forma a conseguir avaliar as condições a que estão expostos os trabalhadores de saúde e selecionar as alternativas possíveis de serem viabilizadas; • Identificar doenças relacionadas ao ambiente e processos de trabalho em saúde, assim como as respectivas ações preventivas. • Proceder adequadamente as atividades de primeiros socorros eficientemente em casos de acidentes de trabalho.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1 Segurança no ambiente de trabalho:</p> <p>1.1 Histórico da segurança e medicina do trabalho.</p> <p>1.2 Conceitos de Higiene e Segurança.</p> <p>1.3 Definições de acidente de trabalho.</p> <p>1.4 Causas de Acidentes.</p> <p>1.5 Riscos ambientais.</p>

- 1.6 Medidas de proteção contra acidentes.
 1.7 Principais NRs para o trabalho do Guia de Turismo (NRs 01, 06, 09, 10, 16, 21, 30).
 1.7 Consolidação das leis do Trabalho – CLT.

2 Primeiros Socorros:

- 2.1 Introdução aos primeiros socorros (Conceito; Importância; Objetivos; Aspectos legais; Avaliação primária; Avaliação secundária).
 2.2 Vertigens, desmaios, insolação e crises convulsivas (Conceito; Sinais e sintomas; Conduta).
 2.3 Hemorragias e ferimentos (Conceito; Classificação e tipos; Sinais e sintomas; Conduta).
 2.4 Fraturas, entorses e luxações (Conceito; Tipos; Sinais e sintomas; Condutas).
 2.5 Queimaduras (Conceito; Classificação; Tipos; Sinais e sintomas; Condutas gerais e específicas).
 2.6 Ressuscitação Cardiopulmonar (Conceito; Sinais e sintomas; técnica de reanimação cardiopulmonar).
 2.7 Corpos estranhos (Classificação quanto à localização: olhos, ouvido, nariz e pele; Conduta; OVACE; Manobra de Heimlich).
 2.8 Angina e Infarto (Tipos; Sinais e sintomas; Conduta).
 2.9 Acidentes com animais raivosos e peçonhentos (Tipos; Sinais e sintomas; Conduta; Medidas preventivas).
 2.10 Afogamento (Mobilização e transporte)
 2.11 Confeção de talas; Tipos de mobilização e transporte.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, com utilização de quadro branco e apoio de computadores e projetores multimídia; Realização de exercícios, com apoio de ambiente virtual de aprendizagem ou de forma presencial; Realização de debates, seminários, trabalhos de pesquisa (individual e em grupo); Organização de Projetos integradores; Realização de Visitas técnicas; Atividades interdisciplinares.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- A aprovação na disciplina se dará de acordo com o Regulamento Didático dos cursos técnicos integrados de nível médio do IFPB;
- Serão realizadas pelo menos duas avaliações teóricas e pelo menos uma avaliação prática;
- Um ambiente virtual de aprendizagem (ex: Moodle) também poderá ser utilizado, para exercícios de reforço da aprendizagem ou para reposição eventual de aulas presenciais.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Sala de aula, com quadro branco, computador e projetor multimídia;
- Laboratório de Informática, com programas específicos;
- Equipamentos de multimídia.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ATLAS. **Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho.** 75ª ed. São Paulo. Atlas. 2015.

LOMBA, Marcos; LOMBA, André. **Curso SBVT- Suporte Básico à Vida no Trauma.** 3ª ed. Olinda: Grupo Universo, 2009;

VARELLA, Drauzio; JARDIM, Carlos. **Primeiros Socorros: um guia prático.** São Paulo: Claroenigma, 2011.

COMPLEMENTAR

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do Trabalho & Gestão Ambiental.** 4ªed. São Paulo. Atlas. 2011

BINDER, Maria Cecília Pereira, ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. MONTEAU, Michel. **Árvore de Causas, Método de investigação de Acidentes do Trabalho.** 4ª ed. São Paulo: Limiar. 2000.

GONCALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho.** 5ª ed. São Paulo: LTR, 2011.

SENAC. **PRIMEIROS SOCORROS:** Como agir em situações de emergência. 3. ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2010. 144 p.

ZOCCHIO, Álvaro. **Prática da prevenção de acidentes: ABC da segurança do trabalho.** 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2002. 278 p.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Inglês I
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 1º Semestre
Carga Horária: 33 h/r
Docente Responsável: Jailma Freire Marinho
EMENTA
Apresentar e desenvolver no aluno linguagem que os capacitem para receber e conduzir turistas a lugares como hotéis, aeroportos, rodoviárias, eventos e restaurantes, bem como a pontos turísticos da cidade e seus arredores.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades de ouvir e falar em contextos turísticos.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver no aluno vocabulário voltado para a área de turismo • Desenvolver a habilidade de falar em ambientes como hotéis, aeroportos, rodoviárias, eventos e restaurantes • Desenvolver a capacidade de orientar/guiar turistas em ambientes normalmente frequentados por estes • Desenvolver a habilidade de compreensão auditiva em diferentes sotaques
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e cumprimentos <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação pessoal 2. Cumprimentos básicos 3. Dando as boas vindas 4. Identificando pessoas 5. Preenchimento de dados pessoais • Números <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Lidando com dinheiro • Horas <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Agendando passeios • Fazendo compras • Atendendo solicitações • Fazendo sugestões/recomendações • Alugando um carro • Falando sobre regras e segurança
METODOLOGIA DE ENSINO
Os conteúdos supracitados serão abordados das seguintes formas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Aulas expositivo-dialogadas com base em recursos audiovisuais; 2. Atividades de interação em grupo onde os alunos irão praticar as estruturas

<p>aprendidas de forma oral;</p> <p>3. Atividades individuais e em grupo, utilizando também recursos da Internet (laboratório);</p> <p>4. Apresentação pelos alunos das atividades realizadas (seminários) utilizando outras disciplinas como fonte de interdisciplinaridade e interação entre alunos, professores e o curso.</p>
AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação contínua durante o bimestre levando em consideração assiduidade, pontualidade, participação e envolvimento com a disciplina, uma por bimestre. • Avaliação formal através de prova(s) por bimestre(s), mínimo de uma por bimestre. • Avaliação através de apresentação de pesquisas e seminários (individuais ou em grupos), uma por bimestre(s). • Avaliação através de listas de exercícios (individuais ou em grupos), pesquisas e outras atividades desenvolvidas dentro ou fora da sala de aula; <p>Uma avaliação para recuperação da aprendizagem por bimestre.</p>
RECURSOS NECESSÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro branco e caneta de quadro; • Textos, apostilas e material fotocopiado para distribuição entre os alunos; • Retroprojeter; • Televisão; • DVD; • Aparelho de som; • Microcomputador/notebook • <i>Data show</i>;
BIBLIOGRAFIA
BÁSICA
<p>DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR: para estudantes brasileiros de inglês. Português-Inglês / Inglês-Português. Oxford University Press, 2007.</p> <p>DE BIAGGI, Enaura T. Kriek & STAVALE, Emeri De Biaggi. Enjoy you Stay!: Inglês Básico para Hotelaria e Turismo. São Paulo: Disal, 2004.</p> <p>DUDLEY-EVANS, Tony; ST JOHN, Maggie Jo. Developments. In: English for Specific Purposes: a multi-disciplinary approach. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.</p>
COMPLEMENTAR
<p>BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.</p> <p>EDMUNDSON, Maria Verônica A da Silveira. Leitura e Compreensão de textos no livro didático de língua inglesa. João Pessoa. Editora do CEFET-Pb. 2004.</p> <p>KLEIMAN, Angela. Texto & Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura. 13ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>_____. Gêneros textuais: O que são e como se classificam? Recife: Editora da UFPE, 2000.</p>

PLANO DE ENSINO		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Componente Curricular: Fundamentos de Ecologia e responsabilidade Ambiental		
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)		
Série/Período: 1º Semestre		
Carga Horária: 33h/r		
Docente Responsável: Marcelo Garcia de Oliveira		
EMENTA		
<p>O desenvolvimento da vida e o meio ambiente: Conceitos básicos em Ecologia. Energia e reciclagem da matéria: Ciclos biogeoquímicos. Ecossistemas. Estrutura e funcionamento dos ecossistemas. Cadeias alimentares. Relações entre as comunidades, populações e espécies. Dinâmica populacional. Fatores ambientais. Características dos ambientes aquáticos e terrestres. Biomas brasileiros. Responsabilidade ambiental: Conceitos de responsabilidade ambiental. Sustentabilidade. Legislação ambiental. Impactos ambientais.</p>		
OBJETIVOS		
Geral		
<ul style="list-style-type: none"> • Promover no aluno o reconhecimento e contextualização da atividade do guia de turismo e suas relações com o meio ambiente, bem como o reconhecimento como corresponsável pela manutenção e preservação desse ambiente; 		
Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar ao estudante a importância das populações naturais como elemento básico de estudos em ecologia e de interações físico-biológicas em ecossistemas terrestres e aquáticos. • Oferecer bases para a compreensão e interpretação das consequências da ação humana sobre os ecossistemas. • Discutir os problemas ambientais atuais, abordando suas principais causas e consequências; • Discutir a responsabilidade ambiental como um papel social e sua importância estratégica para legitimar a atuação do guia de turismo, integrando a atividade de condução e cuidado com o ambiente. 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1 Fundamentos de Ecologia</p> <p>1.1 O desenvolvimento da vida e o meio ambiente.</p> <p>1.1.1 Conceitos básicos em Ecologia.</p> <p>1.2 Evolução e Adaptação.</p> <p>1.3 Energia e reciclagem da matéria:</p> <p>1.3.1 Ciclos biogeoquímicos.</p> <p>1.4 Ecossistemas.</p> <p>1.4.1 Estrutura e funcionamento dos ecossistemas.</p>		

<p>1.4.2 Cadeias alimentares.</p> <p>1.4.3 Relações entre as comunidades, populações e espécies.</p> <p>1.4.4 Dinâmica populacional.</p> <p>1.5 Fatores ambientais limitantes e de tolerância.</p> <p>1.6 Características dos ambientes aquáticos.</p> <p>1.7 Características dos ambientes terrestres.</p> <p>1.8 Biomas brasileiros.</p> <p>2 Responsabilidade Ambiental</p> <p>2.1. As causas e os efeitos dos atuais problemas ambientais;</p> <p>2.2. Sustentabilidade;</p> <p>2.3. Legislação Ambiental;</p> <p>2.4. Poluição da Água;</p> <p>2.5. Poluição do Solo;</p> <p>2.6. Poluição do Ar;</p> <p>2.7. Estudos de Impactos Ambientais (EIA-RIMA);</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas e dialogadas, com uso de atividades lúdicas como método de fixação de aprendizagem. Aplicação e resolução de listas de exercícios, ou estudos dirigidos, ou trabalhos de pesquisa orientados; • Aulas de campo e visitas técnicas. • Um ambiente virtual de aprendizagem (ex: Moodle) também poderá ser utilizado, para exercícios de reforço da aprendizagem ou para reposição eventual de aulas presenciais.
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, e possivelmente através de relatórios de atividades práticas, lista de exercícios ou estudos dirigidos, seminários e atividades de pesquisa. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada bimestre.
RECURSOS NECESSÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos, computadores com <i>softwares</i> específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia. Utilizando os seguintes recursos didáticos: quadro branco, pincel atômico, <i>software</i> para exibição de <i>slides</i> em computador com TV ou projetor de vídeo;
BIBLIOGRAFIA
BÁSICA
<p>DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>ODUM, Eugene; BARRE, Gary . Fundamentos de Ecologia. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>PINTO-COELHO, Ricardo. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>

COMPLEMENTAR

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R. e HARPER, John L. **Fundamentos em Ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, 576p.

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin. R. e HARPER, John L. **Ecologia** - de indivíduos a ecossistemas. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Programa Nacional do Meio Ambiente. **Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento**. Subsídios ao Planejamento da Gestão Ambiental. Brasília-DF. PAX, 1996. 188p.

GIANESELLA, Sonia Maria Flores; JACOBI, Pedro Roberto. **A sustentabilidade socioambiental: Diversidade e cooperação**. São Paulo: Annablume FAPESP , 2011.

ODUM, Eugene. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 434 p.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Fundamentos do Turismo, Hospitalidade e Lazer
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 1º Semestre
Carga Horária: 50 h/r
Docente Responsável: Keitiana de Souza Silva
EMENTA
<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos históricos e evolução do lazer e do Turismo. Conceitos Básicos em Turismo. Importância socioeconômica e ambiental do turismo. A Potencialidade turística regional. Hospitalidade na atividade turística. Planejamento e organização de atividades recreativas para serem desenvolvidas em diferentes Meios de Hospedagem e excursões turísticas.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os conceitos de Turismo, Lazer e Hospitalidade e estabelecer programas de atividades recreativas adequados aos diferentes grupos, espaços e equipamentos.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de Turismo, Lazer e Hospitalidade; • Entender o Turismo uma atividade atrelada ao setor de serviços; • Estudar as diferentes formas de se classificar o Turismo. • Desenvolver atividades para diferentes grupos de turistas; • Adequar os espaços e equipamentos para o desenvolvimento das atividades em diferentes condições (clima, topografia, material etc).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos do Turismo <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Conceitos Básicos do Turismo 1.2 Evolução Histórica do Lazer e do Turismo 1.3 Tipos de Turismo 1.4 Impactos do Turismo 1.5 Importância Socioeconômica 1.6 Ética no Turismo 1.7 Potencialidades Turísticas Regional. 2. Oferta Turísticas <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Atrativos Turísticos: Conceito e Tipologias 2.2 Equipamento e Serviços Turísticos 2.3 Infraestrutura de Apoio Turísticos 2.4 Supraestrutura Turística 3. Demanda Turística: Conceitos e Classificação 4. Produtos Turísticos: Conceito e Características

5. Hospitalidade na atividade Turística
 5.1 Conceito de Hospitalidade
 5.2 Tempos e espaços da Hospitalidade

6. Lazer e Recreação.

- 6.1 Fundamentos Básicos do Lazer aplicado ao turismo
 6.2 Recreação Aplicada ao Turismo
 6.3 Atividades para diferentes grupos de turistas
 6.4 Espaços e Equipamentos para o desenvolvimento das atividades
 6.5 Técnicas de Recreação e Lazer
 6.5.1 Planejamento das atividades
 6.5.2 Desenvolvimento de Programas
 6.5.3 Condução de Grupos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas utilizando os seguintes recursos didáticos: quadro branco, pincel atômico, *software* para exibição de *slides* em computador com TV ou projetor de vídeo;
- Aplicação e resolução de listas de exercícios;
- Simulação de atividades recreativas.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, num total de 3 (três) a cada bimestre, e possivelmente através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada bimestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Livros didáticos, computadores com *softwares* específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. Campinas: Aleph, 2004

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2003.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. **Lazer e Recreação**. Editora Érica, 2014.

COMPLEMENTAR

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 2ªed. São Paulo: Ed. Senac SP, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Marielys Siqueira. (orgs). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

DIAS, Célia Maria de Moraes (org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

TRIGO, Luiz G.G. **Turismo Básico**. 4ªed. São Paulo: Senac, 2000.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Relações Interpessoais
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 1º Semestre
Carga Horária: 17h/r
Docente Responsável: Cláudia Luciene de Melo Silva
EMENTA
Trabalho em equipe. Inovações e mudanças no ambiente organizacional. Desenvolvimento de habilidades para a comunicação interpessoal e trabalho em equipe.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o trabalho em equipe como agente do desenvolvimento de habilidades e motivações.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a atenção para o desenvolvimento de habilidades que levem a uma melhor do produto ou serviço prestado, ou aos resultados desejados. • Aprimorar qualidades que sejam capazes de levar às • inovações e mudanças no ambiente organizacional. • Construir habilidades como atenção, comunicação, liderança, percepção, motivação e qualidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Relações Interpessoais 2. Técnicas de Comunicação <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Conceito 2.2. Princípios básicos 2.3. Fluxos de informação 2.4. Importância 3. Estratégias de Poder e Persuasão 4. Comportamento Organizacional 5. Postura Profissional 6. Negociação <ol style="list-style-type: none"> 6.1. Conceito 6.2. Processo 6.3. Estratégia 6.4. Ações 7. Liderança <ol style="list-style-type: none"> 7.1. Administração de conflitos 7.2. Exercício da liderança no mundo do trabalho 8. Motivação, Auto-motivação e Auto Gerenciamento.

9. Noções Básicas de Ética
10. Ética na Atividade Pesqueira
11. Ética e Setores Corporativos: Patronais e Trabalhistas
12. Responsabilidade Social e Cidadania
13. Democratização das Relações de Trabalho

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas utilizando os seguintes recursos didáticos: quadro branco, pincel atômico, *software* para exibição de *slides* em computador com TV ou projetor de vídeo; Aplicação e resolução de listas de exercícios; Aulas práticas em laboratório.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, num total de 3 (três) a cada bimestre, e possivelmente através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada bimestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Livros didáticos, computadores com *softwares* específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento Interpessoal: Treinamento em grupo.** 17^a ed. Editora: José Olympio, 2013.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo: A multiplicação do talento humano.** 13^a ed. Editora: José Olympio, 2014.

Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O capital das Organizações.** 9^a Ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier - Campus, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Desempenho humano nas empresas.** 6^a Ed. BARUERI: Manole, 2011.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SANT'ANA, Dalmir. Oportunidades: **Estratégia competitiva para fortalecer diferenciais na vida pessoal e no ambiente corporativo.** São Paulo: Ser Mais, 2013.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Manifestações da Cultura Popular
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 1º semestre
Carga Horária: 33,3 h/r
Docente Responsável: Isabela Augusta Carneiro Bezerra
EMENTA
<p>Estudo de aspectos históricos e socioantropológicos de diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira na contemporaneidade, em especial, na região Nordeste e Norte do Brasil. Patrimônio cultural, memória e identidade e turismo. Políticas culturais de preservação, proteção e de conservação de bens culturais. Espetacularização e transformação do patrimônio cultural pela hospitalidade.</p>
OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e/ou reconhecer as manifestações culturais significativas para grupos sociais brasileiros, em especial, nordestinos e de políticas públicas e privadas de conservação e preservação desses bens culturais, assim como a compreensão a respeito da relação entre patrimônio cultural e hospitalidade. <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender os significados dos termos cultura e patrimônio cultural e natural; • Compreender os bens culturais como construções sociais e históricas; • Reconhecer a diversidade cultural presente nas sociedades humanas; • Conhecer e/ou reconhecer diferentes configurações culturais significativas para os nordestinos e seus usos pela atividade turística; • Compreender a relação entre bens culturais, memória e identidade e turismo; •
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. O estudo de manifestações culturais <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Conceituação de cultura, patrimônio cultural. 1.2 Processo de construção social e histórico de bens culturais 1.3 Bens culturais imateriais e materiais 1.4 Políticas de preservação, proteção e de conservação de bens culturais 1.5 Registro e tombamento de bens culturais materiais e imateriais 1.6 Bens culturais, memória e identidade 1.7 Espetacularização e transformação do patrimônio cultural 1.8 Conhecimento e/ou reconhecimento de bens culturais das regiões Nordeste e Norte do Brasil 2. Patrimônio cultural, turismo e as manifestações da cultura popular. <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Patrimônio cultural e museus 2.2 Turismo cultural e educação patrimonial 2.3 Bens culturais e atividade turística 2.4 Festa, artesanato, alimentação e turismo 2.5 Estudo de bens culturais da Paraíba pela hospitalidade

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aula expositiva e dialogada ancorada em diferentes tecnologias educacionais.
- Projeção de documentários e filmes.
- Realização de trabalhos e discussão de textos;
- Aulas de campo (visitas a eventos culturais, museus, etc);

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será processual e contínua, realizando-se por meio dos seguintes instrumentos:

- Elaboração de fichamentos, resenhas críticas, resumos de textos, relatórios de atividades, etc.;
- Seminários;
- Provas escritas

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Quadro branco, pincel e apagador;
- Textos, apostilas e material fotocopiado para distribuição entre os alunos;
- Televisão;
- Notebook;
- *Data show*

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CARVALHO, José Jorge Carvalho. **Espetacularização e canibalização das culturas populares**. In: I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Polis; Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2007.

BIZZOCCHI, Aldo. Introdução. In: _____. **Anatomia da cultura**: uma nova visão sobre ciência, arte, religião, esporte e técnica. São Paulo: Palas Athenas, 2003.

EHRENREICH, Barbara. **Introdução**: convite para dançar. In: _____. Dançando nas ruas: uma história do êxtase coletivo. Tradução Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2010

COMPLEMENTAR

AYALA, Marcos. **Cultura Popular no Brasil** – perspectiva de análise. 2 ed. São Paulo. Ática, 2003.

GOMES, Denise Maria Cavalcanti. **Turismo e museus**: um potencial a explorar. In: FUNARI, P. Paulo; PINSKY, Jaime (Organização). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001. p. 25-34

ITANI, Alice. **A festa como fato social**. In: _____. Festas e calendários. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PIRES, Mário Jorge. **Turismo cultural**: ainda o preconceito. In: _____. Lazer e turismo cultural. São Paulo: Manole, 2001.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Direitos Humanos e Cidadania
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 1º semestre
Carga Horária: 33,3h/r
Docente Responsável: José Avenzoar Arruda das Neves
EMENTA
<p>Especificação e multiplicação de direitos em face do princípio da dignidade humana. Fundamentos histórico-filosóficos dos direitos humanos. Efetividade e proteção dos direitos humanos. Centralidade da gestão no campo social e sua aplicação ao campo das políticas públicas. A dinâmica da (re) produção das relações sociais com base no embricamento das classes e dos movimentos sociais, de gênero e de raça/etnia, que geram mecanismos que sustentam os processos de dominação/exploração. Respeito a diversidade.</p>
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os fundamentos e concepções de direitos humanos, cidadania e políticas públicas específicas para minorias e comunidades tradicionais. • Discutir o movimento histórico de incorporação dos Direitos Humanos na legislação brasileira, sua importância na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito; • Contribuir para o desenvolvimento de uma percepção crítica da exclusão social das comunidades tradicionais (indígenas, pescadores, assentados) no Brasil. • Promover o debate sobre a importância da construção da igualdade nas relações de gênero na sociedade brasileira e do combate a todas as formas de violência e discriminação; • Dialogar sobre de forma crítica sobre a relação entre drogas, violência e dignidade humana
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos histórico-filosóficos dos Direitos Humanos: conceito de Direitos Humanos e Cidadania; • Direitos civis e políticos • Direitos econômicos e sociais • Direito do Trabalhador Marítimo • A legislação e os Direitos Humanos no Brasil • Políticas Públicas, Movimentos sociais e Direitos Humanos no Brasil (ênfase em comunidades tradicionais: indígenas, pesqueiras, rurais e ribeirinhas); • A luta das comunidades tradicionais (pesqueiras) e a violação dos seus direitos. • Os conceitos de gênero e de relações de gênero

- Enfrentamento da violência contra a mulher
- As relações de gênero e o mundo do trabalho

METODOLOGIA DE ENSINO

- Discutir os direitos civis, políticos, econômicos e sociais a partir das experiências dos alunos e de situações do cotidiano, utilizando diversas linguagens de expressão (música, poesia, dança, teatro, textos literários, de jornal, charges, pintura, etc.).

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Participação individual e/ou em grupo nas aulas e trabalhos;
- Exercícios teóricos e práticos;
- Provas escritas;
- Provas práticas;
- Roteiros práticos.
- Trabalhos individuais e reforço de conteúdo durante o horário de atendimento do professor e atividades para recuperação da aprendizagem.
- Em cada bimestre letivo serão realizadas duas avaliações, além da recuperação da aprendizagem, valendo-se para tanto dos instrumentos de avaliação escrita e atividades práticas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco e marcadores. Transparências. Retroprojektor. *Data show*. Microcomputador, cd, laboratório de informática.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais. São Paulo: Ática, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2001.

COMPLEMENTAR

CANAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. *Construindo a Cidadania: Desafios para o Século XXI*. Capacitação em Rede. Recife: RBDH, 2001.

_____. Vera Maria, et al. Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. *Construindo a Cidadania: Desafios para o Século XXI*. Capacitação em Rede. Recife: RBDH, 2001.

CANAU, Vera e SACAIVINO, Susana (orgs.). Educar em Direitos Humanos. Rio de Janeiro: D&P Editora, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. *Afirmção Histórica dos Direitos Humanos*. 2ª.Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, L. A. Turismo para gays e lésbicas: uma viagem reflexiva. São Paulo: Roca, 2002 .

PLANO DE ENSINO		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Componente Curricular: Patrimônio Histórico-Cultural		
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)		
Série/Período: 1º semestre		
Carga Horária: 33h/r		
Docente Responsável: Isabela Augusta Carneiro Bezerra		
EMENTA		
<p>Conceitos e tipos de patrimônio. História da preservação do patrimônio histórico no Brasil e no mundo. História, memória e patrimônio. Memória e lugares de memória. Patrimônio histórico e cidadania. Legislação sobre Patrimônio Histórico. Patrimônio cultural e histórico paraibano e regional. Educação patrimonial.</p>		
OBJETIVOS		
Geral		
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as formulações do conceito de patrimônio e os usos de patrimônios culturais pela atividade turística. 		
Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o significado do termo patrimônio, bem como de conceitos correlatos; • Conhecer a diversidade do patrimoniocultural e histórico paraibano e regional. • Discutir as relações possíveis entre patrimônio, turismo e preservação dos bens patrimoniais. • 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Monumento e Monumento Histórico. 2. Problematização do conceito de patrimônio. 3. Patrimônio material e imaterial. 4. Memória e lugares de memória. 5. A trajetória histórica das ações de preservação do patrimônio. 6. A construção da ideia de patrimônio no Brasil. 7. Memória, patrimônio, identidade e diversidade cultural. 8. Patrimônio cultural e histórico paraibano e regional. 9. Arte paraibana e regional: pintura, escultura, arquitetura, literatura e música. 10. Educação patrimonial. 		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva e dialogada ancorada em diferentes tecnologias educacionais. • Projeção de documentários e filmes. • Realização de trabalhos e discussão de textos; • Aulas de campo (visitas a sítios históricos, museus, etc); 		

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será processual e contínua, realizando-se por meio dos seguintes instrumentos:

- Elaboração de fichamentos, resenhas críticas, resumos de textos, relatórios de atividades, etc.;
- Seminários;
- Provas escritas

RECURSOS NECESSÁRIOS

1. Quadro branco, pincel e apagador;
2. Textos, apostilas e material fotocopiado para distribuição entre os alunos;
3. Televisão;
4. Notebook;
5. *Data show*

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 141-171.

CHOAY, Françoise. Introdução: monumento e monumento histórico. In: **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora da UNESP, 2001, p. 11-29.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009, p. 91-142.

COMPLEMENTAR

ALBANO, C. e MURTA, S.M. (org.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasíllis, 2002.

FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (org). **Turismo e patrimônio cultural**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

OLIVEIRA, Carla Mary S. **O barroco na Paraíba: arte, religião e conquista**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/ IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba, 2003.

RICOEUR, Paul. *O esquecimento*. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 423-462.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: História Aplicada ao Turismo Regional
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º semestre
Carga Horária: 33,3h/r
Docente Responsável: Isabela Augusta Carneiro Bezerra
EMENTA
A formação histórica da Paraíba, em termos políticos, econômicos, étnicos e culturais. Relação entre história e turismo. Potencialidades históricas locais e suas aplicações à atividade turística.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a História da Paraíba em suas relações com a História Regional, bem como suas aplicações à atividade turística.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a formação histórica da Paraíba em seus diversos aspectos, contextualizando suas relações com a História Regional e do Brasil; • Identificar as mudanças ocorridas na Paraíba ao longo dos diversos períodos históricos; • Apreender as potencialidades históricas da Paraíba, aplicando-as à atividade turística.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. História da Paraíba</p> <p>1.1 Ocupação e conquista.</p> <p>1.2 Economia colonial. A presença holandesa.</p> <p>1.3 A guerra de ocupação do interior.</p> <p>1.4 A anexação da Paraíba à Capitania de Pernambuco.</p> <p>1.5 A província da Paraíba no século XIX: organização política, administrativa e econômica. Movimentos de contestação política. Modernização urbana.</p> <p>1.6 Primeira República: Estrutura econômica e poder oligárquico.</p> <p>1.7 O Governo João Pessoa, a Revolta de Princesa, e a Revolução de 1930.</p> <p>1.8 Os movimentos sociais e o golpe de 64: ditadura e repressão.</p> <p>1.9 Sindicalismo e redemocratização.</p> <p>1.10 Cultura e artes na Paraíba contemporânea.</p> <p>2. Turismo e potencialidades históricas da Paraíba</p> <p>2.1 Relações entre turismo e história.</p> <p>2.2 Atrativos turísticos: sítios históricos e arqueológicos, museus com acervo histórico.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva e dialogada ancorada em diferentes tecnologias educacionais;

- Projeção de documentários e filmes;
- Realização de trabalhos e discussão de textos;
- Aulas de campo (visitas a sítios históricos, museus, etc).

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será processual e contínua, realizando-se por meio dos seguintes instrumentos:

- Elaboração de fichamentos, resenhas críticas, resumos de textos, relatórios de atividades, etc.;
- Seminários;
- Provas escritas

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Quadro branco, pincel e apagador;
- Textos, apostilas e material fotocopiado para distribuição entre os alunos;
- Televisão;
- Notebook;
- *Data show*

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba** - Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

_____. **História da Paraíba** - Tomo II. 3. ed. João Pessoa: CEC/ SEC/ Editora Universitária - UFPB, 1997 (Col. "Biblioteca Paraibana", vol. XVIII).

ANÔNIMO. **Sumário das armadas. Municípios em Destaque**. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 69, 1996, p.17-20 e p.51-60 (Edição Especial: João Pessoa - PB). Disponível em: Biblioteca Virtual de História Colonial.

COMPLEMENTAR

BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba**. 2. ed.facsimilar. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC/A União, 1994 [1953] (Col. "Biblioteca Paraibana", vol. II).

MACHADO, Maximiano Lopes. **Historia da Provincia da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1912.

MARTINS, J.C.O. (org) **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003..

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba** - 2 vols. 2. ed.facsimilar. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977 [1908 e 1916].

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. 2. ed.facsimilar. João Pessoa: CEC/SEC/ A União, 1994 [1962] (Col. "Biblioteca Paraibana", vol. I).

PLANO DE ENSINO		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Componente Curricular: Geografia Aplicada ao Turismo Regional		
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)		
Série/Período: 1º Semestre		
Carga Horária: 33,3h/r		
Docente Responsável: Ynakam Luis de Vasconcelos Leal		
EMENTA		
<p>Os conceitos geográficos na compreensão do Turismo. O consumo e a produção do espaço geográfico para o Turismo. O Turismo e a produção de pseudo-lugares. A Globalização e o Turismo: implicações socioespaciais. Fundamentos da cartografia aplicados ao Turismo. Turismo e representações cartográficas. As novas geotecnologias e o Turismo. A organização e a produção do espaço paraibano. As características localizacionais e as regionalizações do território. Fundamentos da Geologia e da Geomorfologia da Paraíba. Tipos de vegetações e climas. Recursos hídricos e a indústria da seca na Paraíba. Economia e meio ambiente: impactos socioespaciais. As economias fundadoras e a formação histórico-territorial da Paraíba. Evolução, estrutura etária, dinâmica populacional. As novas economias e a reestruturação produtiva do território paraibano. Novas tendências do Turismo na Paraíba: a internacionalização e a interiorização.</p>		
OBJETIVOS		
Geral		
<ul style="list-style-type: none"> • Apreender, a partir das relações entre sociedade e natureza, os saberes geográficos necessários à compreensão do Turismo, desvelando a organização e a produção do espaço paraibano. 		
Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre os principais conceitos da ciência geográfica e suas possíveis interfaces com o Turismo; • Entender o Turismo enquanto uma atividade produtora de pseudo-lugares, de territórios e de paisagens turísticas; • Pensar sobre a produção e o consumo do espaço geográfico para e pelo Turismo, destacando as implicações do processo de globalização sobre essa atividade econômica; • Compreender a importância da cartografia aplicada na atividade turística, assimilando algumas noções da ciência cartográfica aplicadas ao Turismo; • Conhecer as novas geotecnologias e as suas possibilidades de aplicação na atividade turística; • Compreender a estrutura e a distribuição geológico-geomorfológica de alguns ambientes naturais da Paraíba com potencialidades turísticas. 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
1. TURISMO E GEOGRAFIA: DEFININDO CONCEITOS		
1.1. O conceito de espaço geográfico: uma relação entre sociedade e natureza		
1.2. O espaço atual: um meio técnico-científico-informacional		
1.3. A paisagem geográfica		
1.4. Lugar: base de reprodução da vida		

- 1.5. Região: da expressão cotidiana ao conceito geográfico
- 1.6. Territórios: do Estado-Nação às territorialidades urbanas
- 1.7. Globalização e compressão espaço-temporal: relações e contradições entre o local e o global
- 1.8. Território turístico
- 1.9. Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Sustentável
- 1.10. Escala cartográfica e escala geográfica
- 2. FUNDAMENTOS DA CARTOGRAFIA APLICADOS AO TURISMO**
- 2.1. Espaço e conhecimento cartográfico
- 2.2. Evolução dos mapas
- 2.3. Representações cartográficas: globo, mapa, carta, planta e anamorfose.
- 2.4. Tipos de mapa
- 2.5. Escalas cartográficas
- 2.6. Símbolos e convenções cartográficas
- 2.7. Cartografia temática
- 2.8. Posição e orientação
- 2.9. Coordenadas geográficas
- 2.10. Zonas térmicas da Terra
- 2.11. O sistema de fusos horários
- 2.12. Cartografia e geoprocessamento: sensoriamento remoto, sistema de posicionamento global e sistema de informação geográfica.
- 2.13. Leitura de gráficos
- 2.14. Localização absoluta e localização relativa
- 3. A ORGANIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARAIBANO**
- 3.1. Localização geográfica
- 3.2. A divisão do Estado em Regiões
- 3.2.1. As mesorregiões geográficas
- 3.2.2. As microrregiões homogêneas
- 3.2.3. Os pólos turísticos
- 3.3. Estrutura e distribuição geológica do estado da Paraíba
- 3.4. Formas de relevos da Paraíba
- 3.4.1. Relevo em Rochas Cristalinas
- 3.4.2. Relevo em Rochas Sedimentares
- 3.4.3. Chapada do Litoral Norte
- 3.4.4. Tabuleiros Costeiros
- 3.4.5. Planícies Costeiras
- 3.5. Tipos de vegetações da Paraíba
- 3.5.1. Mata de Caatinga
- 3.5.2. Floresta Subcaducifólia
- 3.5.3. Mata Atlântica
- 3.5.4. Vegetação ciliar de Carnaúba
- 3.5.5. Vegetação de Dunas e Restingas
- 3.5.6. Manguezal
- 3.6. Tipos de climas da Paraíba
- 3.7. Bacias hidrográficas
- 3.8. As políticas de combate à seca
- 3.9. Economia e Natureza: impactos no Meio Ambiente Físico
- 3.9.1. Caatinga e a Desertificação
- 3.9.2. Mata Atlântica e a Cana-de-Açúcar
- 3.9.3. Litoral, Falésias, Dunas e Lagoas: ocupação urbana irregular.
- 3.9.4. Manguezais e Mangues: salinicultura e carcinicultura;
- 3.10. Dinâmica populacional
- 3.11. As novas economias e a reestruturação produtiva do território paraibano.

- Para atingir os objetivos da matéria serão apresentados os conteúdos em aulas expositivas através de *slides* com auxílio de um projetor.
- Serão realizadas atividades contínuas em sala, com o objetivo de incentivar os alunos a fazerem estudos e pesquisas bibliográficas em diversas fontes, de forma constante.
- Além das atividades semanais em sala de aula, haverá um acompanhamento diário, seguindo o modelo de ensino à distância através da plataforma “*Moodle*”, com a realização de atividades, laboratórios e fóruns para dúvidas e discussões.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Serão realizadas, em sala, avaliações contínuas (semanalmente) e uma avaliação geral ao final de cada bimestre. Será realizada uma avaliação de recuperação a cada bimestre.
- Além destas avaliações em sala, serão realizados exercícios individuais e em grupo, para serem desenvolvidos fora do horário da disciplina, como forma de reforçar e complementar os conteúdos expostos em sala de aula.
-

RECURSOS NECESSÁRIOS

Livros didáticos; computador com ambiente de desenvolvimento para programação; lápis e papel; quadro branco; equipamento de projeção e multimídia.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; BIGOTTO, José Francisco; VITIELLO, Márcio Abondanza. **Geografia: sociedade e cotidiano 1 – Fundamentos**. 1ª ed. São Paulo: Escala Educacional, 2010.
- MOREIRA, Igor & AURICCHIO, Elizabeth. **Geografia em construção: a construção do espaço geográfico**. São Paulo: Ática, 2010.
- VESENTINI, José Willian. **Geografia: o mundo em transição**. São Paulo: Ática, 2010.

COMPLEMENTAR

- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- LEAL, Ynakam Luis de Vasconcelos. **Nos Caminhos da Paraíba -3ª ed**. Campina Grande - PB; Vento Nordeste; 2014, 107 p.
- NOGUEIRA, Ruth E. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. 2ª ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- SEABRA, Giovanni. **Turismo sertanejo**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2007.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Técnicas e práticas de Guiamento Regional
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 1º Semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Keitiana de Souza Silva
EMENTA
Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo. Procedimentos Técnicos e Práticos do Guia de Turismo Regional. Procedimentos de Segurança.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades e competências do profissional em Guia de Turismo Regional .
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir as classes e funções de guias de turismo segundo a legislação pertinente. • Sistematizar as informações referentes ao Turismo contextualizando para o seu meio. • Dominar Técnicas de manuseio de máquinas e equipamentos, para o serviço de guiamento. • Demonstrar atitudes éticas profissionais. • Avaliar informações geográficas, históricas, artísticas, atividades recreativas, de entretenimento, lazer, eventos, folclóricas, artesanais, de transporte, gastronômicas, de hospedagem no contexto local e regional. • Dominar técnicas de manuseio de guias manuais e mapas. • Coordenar e Supervisionar os serviços e recursos. • Identificar as necessidades e soluções adequadas para o atendimento ao turista.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo.</p> <p>1.1 Funções e Atribuições do Guia de Turismo Regional</p> <p>1.2 Conduta Ética Profissional do Guia de Turismo</p> <p>1.3 Técnicas e regras de:</p> <p>1.3.1 Execução de roteiros, programas e itinerários locais e regionais</p> <p>1.3.2 manuseio de mapas, guias e manuais locais e regionais</p> <p>1.3.3 pesquisa para elaboração de Speech textos sobre pontos turísticos, históricos, geográficos e culturais locais e regionais.</p> <p>2. Procedimentos preliminares de viagem:</p>

- 2.1 Providências na agência;
- 2.2 Material de trabalho/documentos administrativos e outros;
3. Plano de viagem:
 - 3.1 Programa;
 - 3.2 Quilometragem;
 - 3.3 Pontos de apoio alternativos;
- 4 Recepção ao turista:
 - 4.1 Procedimentos de recepção;
 - 4.2 Documentação de passageiros;
 - 4.3 Etiquetagem de bagagem;
 - 4.5 Traslado para o hotel;
5. Procedimentos de bordo:
 - 5.1 Apresentação Inicial
 - 5.2 Uso de microfone e outros equipamentos;
 - 5.3 Serviço de bordo;
 - 5.4 Animação turística;
6. Procedimentos para traslados:
 - 6.1 Chegada;
 - 6.2 Saída;
 - 6.3 Prestar Informações sobre o atrativo
7. Procedimentos no aeroporto, Portos e Rodoviária:
 - 7.1 Serviços gerais de recepção no terminal de passageiros.
8. Acomodação e saída do turista no hotel:
 - 8.1 Check-in (distribuição dos apartamentos, controle das bagagens, gratificações, procedimento diário no meio de hospedagem);
 - 8.2 Check-out (controle de bagagens, pagamentos);
9. Procedimentos no embarque/desembarque:
 - 9.1 Pagamentos taxas de embarque (controle de bagagens, revisão no meio de transporte, assistência ao turista/documentos necessários);
 - 9.2 Check-in de embarque;
 - 9.3 Embarque/desembarque no meio de transporte);
10. Procedimento na realização de passeios/visitas:
 - 10.1 reunião do grupo (procedimentos durante os percursos do passeio, procedimentos nas paradas definidas e/ou exploratórias, paradas para refeições, retorno para os meios de hospedagem);
11. Procedimentos no retorno:
 - 11.1 Agradecimentos;
 - 11.2 Promoção de outros roteiros;
 - 11.3 Procedimentos finais juntos à agência;
 - 11.4 Relatório final (prestação de contas, devolução das sobras do material);
12. Situações de emergência:
 - 12.1 Saúde do turista;
 - 12.2 Assalto/roubo;
13. Procedimentos de segurança (conduta em transportes, meios de hospedagem, espaço urbano e natural).

14. Técnicas, regras e procedimentos de reservas, efetivação e acompanhamento de acomodações, transferências, passeios, visitas, excursões e ingressos regionais.

15. Técnicas de condução de turistas com orientação, assessoria, interpretação e transmissão de informações locais e regionais.

14. Simulações Práticas a serem desenvolvidas em Roteiros na Região Litorânea da Paraíba.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva e dialogada. Trabalhos em grupo que seguem a estrutura de seminários e debates. Atividades lúdicas. Leitura de textos, pesquisas individuais e coletivas. Vídeo, textos e artigos. Equipamento multimídia. Atividades de Simulação das Técnicas em sala de aula e extraclasse. Aulas de campo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- A avaliação da aprendizagem será diagnóstica e contínua conforme os conteúdos e objetivos estabelecidos para a disciplina, sendo aplicada em formato de avaliação das aplicações das técnicas, e observação quanto à participação e interesse individual.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Livros didáticos, computadores com *softwares* específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. Guia de Turismo: o profissional e a profissão. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

DIAS, Célia M. Moraes. Hospitalidade: reflexões e perspectivas. Ed. Monole, São Paulo, 2002.

LAGE, B., MILONE, P. (Org.). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. Competências mínimas do condutor. São Paulo, 2004.

DIAS, Reinaldo. Introdução ao turismo. São Paulo: Atlas, 2005.

PARAÍBA - Governo do Estado. Mapeamento cultural da Paraíba. Fundação Casa de José Américo. João Pessoa: Grafset, 2001.

VIEIRA, Lorena Cláudia. A comunidade, a cultura e o turismo. Fortaleza: Premium, 2006.

2º Semestre

PLANO DE ENSINO		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Componente Curricular: História do Brasil e América do Sul		
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)		
Série/Período: 2º Semestre		
Carga Horária: 33h/r		
Docente Responsável: Isabela Augusta Carneiro Bezerra		
EMENTA		
<ul style="list-style-type: none"> O contexto do século XIX na política, nas artes, na ciência e nos movimentos sociais. Dominação e resistência na república dos coronéis no Brasil. Contradições do capitalismo imperialista: avanços da tecnologia e guerras. Regimes totalitários e intolerantes: ciência, arte e exclusão do “outro”. Conflitos do século XX e XXI: entre o avanço dos Estados e os embates culturais no mundo “global”. Questões sociais, políticas e ambientais de hoje no Brasil e no mundo. 		
OBJETIVOS		
Geral		
Compreender as práticas e experiências humanas nos processos históricos da contemporaneidade, enfatizando as relações dos indivíduos e grupos “uns” com os “outros” e com a natureza a partir de uma postura analítica histórica e interdisciplinar.		
Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> Analisar o século XIX e início do XX nos seus aspectos políticos e culturais; Conhecer os movimentos sociais e a política no Brasil durante a primeira república; Explicar as contradições e conflitos entrelaçados com o avanço do capitalismo imperialista; Criticar os regimes totalitaristas, populistas e ditatoriais dentro e fora do Brasil percebendo como lidaram com a questão da alteridade e da liberdade; Relacionar os embates culturais e econômicos com os conflitos e guerras da contemporaneidade; Visualizar as questões africanas e indígenas brasileiras no mundo contemporâneo; Avaliar as questões ambientais como resultado das ações humanas; Compreender, de forma interdisciplinar, as tecnologias e práticas de trabalho humanas no tempo. 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<ol style="list-style-type: none"> I. Movimentos sociais e a política na primeira república do Brasil. II. Contradições do capitalismo imperialista: avanços tecnológicos, guerras e crises . III. Totalitarismo na Europa e no Brasil IV. O populismo no Brasil e a esquerda socialista na América Latina. V. Ascensão dos regimes ditatoriais no Brasil e na América Latina. VI. Luta pela liberdade política no Brasil e os primeiros passos da democracia. VII. Guerras mundiais de hoje: os embates em torno da cultura e poder entre nações 		

VIII. Questões do Brasil hoje: políticas econômicas, trabalho, minorias sociais e preocupação com o meio ambiente.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas Expositivas;
- Leituras individuais seguidas de discussões em grupo;
- Trabalhos de pesquisas bibliográficas;
- Diálogo;
- Seminários;
- Exercícios;
- Trabalhos e Pesquisas Bibliográficas

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- O processo avaliativo ocorrerá em duas linhas que visam uma avaliação processual da aprendizagem dos alunos: 1) observação da participação do aluno em sala de aula e nos exercícios propostos e 2) aplicação de exercícios escritos e orais de verificação da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro Milênio**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010. v.1-2.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Paulo: Moderna, 2008.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil, Campinas, Autores Associados, 2007.

Complementar:

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA 1932. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 18 abril 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 19. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas (SP): Autores Associados, 2013.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PLANO DE ENSINO		
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Componente Curricular: Geografia do Brasil e América do Sul		
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)		
Série/Período: 2º Semestre		
Carga Horária: 33h/r		
Docente Responsável: Ynakam Luis de Vasconcelos Leal		
EMENTA		
O processo de territorialização brasileira. Aspectos físicos e socioeconômicos nacionais. A influência geopolítica do Brasil no panorama regional. A polarização brasileira no Mercosul. Aspectos socioculturais latino-americanos. Aspectos físicos e naturais da América do Sul.		
OBJETIVOS		
Geral		
Interpretar e explicar as relações entre o homem e as relações sociais de poder.		
Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a definição, o papel e a metodologia da GEOGRAFIA, na avaliação e na interação entre as diversidades sociais; • Reconhecer os aspectos físicos do Brasil e suas potencialidades. • Analisar a influência do Brasil regionalmente no aspecto político e econômico, na condição de potência na América do Sul. • Identificar as características físicas da América Latina e associar com o processo de construção do espaço geográfico. • Relacionar o Brasil cronologicamente e regionalmente com os países sul-americanos. 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
I. Processo de ocupação e construção do Território brasileiro. II. Domínios morfoclimáticos brasileiros. III. As macrorregiões do IBGE e os aspectos socioeconômicos brasileiros. IV. Conceito de Blocos Regionais. V. Formação do Mercosul e a participação do Brasil. VI. Domínios morfoclimáticos da América do Sul. VII. Revolução Hispano-Americana e a proposta de formação da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas). VIII. Características socioeconômicas da América Latina.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas Expositivas; • Leituras individuais seguidas de discussões em grupo; • Trabalhos de pesquisas bibliográficas; 		

- Diálogo;
- Seminários;
- Exercícios;
- Trabalhos e Pesquisas Bibliográficas

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- A avaliação da aprendizagem dos alunos será processual, sistemática e cumulativa, ao longo do período letivo, relacionada aos diversos conteúdos e a partir de diferentes instrumentos, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, tais como:
- Provas bimestrais escritas e/ou orais;
- Trabalhos individuais e/ou grupais;
- Participação com questionamentos nas atividades realizadas em sala;
- Assiduidade.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

- TERRA, Lygia. **Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil**: Volume único / Lygia Terra, Regina Araújo, Raul Borges Guimarães. – 1 ed.. São Paulo: Moderna, 2008.
- Vesentini, José William. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil** --- 44. ed. Atual. E. Reform. -- São Paulo: Ática, 2005.
- VESENTINI, José Willian. **Geografia: o mundo em transição**. São Paulo: Ática, 2010.

Complementar:

- AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. AZÊVEDO, Guiomar Goulart de. **O Espaço e o Homem: O Espaço Brasileiro** – São Paulo, Moderna, 1996.
- BELTRAME, Zoraide Victorello. **Geografia Ativa: Investigando o Ambiente do Homem**. São Paulo, Ática, 1.998.
- GARCIA, Hélio Carlos. **Lições de Geografia: Iniciação aos Estudos Geográficos**, 5ª Série /Hélio Carlos Garcia. Tito Márcio Garavello – São Paulo, Scipione, 1.998.
- LIMA, Luiz Cruz & CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (orgs.). **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003. Saraiva, 2005
- Lucci, Elian Alabi. **Território e Sociedade no mundo globalizado: Geografia Geral e do Brasil: Ensino médio, Volume único - 1ed.** - São Paulo:

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Operacionalização de roteiros de viagens
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º Semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Keitiana de Souza Silva
EMENTA
<p>Conceituação e Tipologia de Roteiros Turísticos. Compreensão das atividades de uma Operadora de Turismo, bem como sua estrutura organizacional. Planejamento, Elaboração e Execução de Pacotes Turísticos. Composição do Preço de Venda. Elaboração de Roteiros Técnicos e de Venda e de Contratos de Adesão. Circuitos turísticos do Brasil.</p>
OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar e operacionalizar roteiros para condução de visitantes e turistas de acordo com seu perfil e necessidades, como também promover a interação do turista com aspectos históricos, geográficos, culturais e ecológicos dos locais visitados; <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e adaptar roteiro considerando a viabilidade de operacionalização do roteiro; • Apresentar os principais destinos turísticos Brasil e da América Latina; • Analisar a viabilidade de execução de roteiros turísticos; • Prever serviços turísticos e de apoio considerando o perfil dos visitantes; • Identificar os principais atrativos e opcionais a serem ofertados
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. PANORAMA DO POTENCIAL TURÍSTICO NACIONAL</p> <p>1.1 Potencial Turístico do Brasil</p> <p>1.2 Segmentação do Turismo Nacional :</p> <p>1.3 Turismo de Experiência</p> <p>2. INTRODUÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS</p> <p>2.1 Conceitos e Definições de Roteiros</p> <p>2.2 Classificação dos Roteiros Turísticos</p> <p>2.3 Tipologia dos Roteiros Turísticos</p> <p>2.4 Marketing Turísticos</p> <p>2.4.1 Oferta Turísticas</p> <p>2.4.2 Demanda Turística:</p> <p>2.4.3 Produtos Turísticos: Conceito e Características</p> <p>2.4.4 Comercialização de Produtos Turísticos</p> <p>3 ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE ROTEIROS DE VIAGEM</p> <p>3.1 Planejamento do Roteiro de Viagem;</p> <p>3.1.1 Elementos Básicos na Elaboração de Roteiros de Viagem.</p> <p>3.1.2 Aspectos Importantes a serem considerados</p> <p>3.1.2.1 Período da viagem</p> <p>3.1.2.2 Meio de Hospedagem</p>

- 3.1.2.3 Recursos Turísticos
- 3.1.2.3 Transporte
- 3.1.2.4 Tempo de Permanência
- 3.1.3 Redação do Roteiro
- 3.1.4 Negociação de Tarifas com o Trade Turístico
- 3.1.5 Custos de um Roteiro
- 3.2 Testando o Roteiro
- 4. PRINCIPAIS ROTEIROS TURISTICOS DO BRASIL E AMÉRICA LATINA
- 4.1 Principais Destinos Turísticos do Brasil
- 4.2 Principais Destinos Turísticos da América Latina
- 5. ORGANIZAÇÃO DE ROTEIROS DE EXPERIÊNCIA

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas utilizando os seguintes recursos didáticos: quadro branco, pincel atômico, *software* para exibição de *slides* em computador com TV ou projetor de vídeo;
- Aplicação e resolução de listas de exercícios;
- Aulas práticas em laboratório.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, num total de 3 (três) a cada bimestre, e possivelmente através de relatórios de atividades práticas. Apresentação de Seminários, Trabalhos Individuais e/ou em Grupo. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada bimestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Livros didáticos, computadores com *softwares* específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALMEIDA, Alessandro; KOGAN, Andréa; JUNIOR, Rinaldo Zaina. Elaboração de roteiros e pacotes. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

BRAGA, Débora Cordeiro(org.). Agências de viagens e turismo: práticas de mercado. 75p. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PETROCCHI, Mario e BONA, André. Agências de turismo: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2003.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 8078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União. Brasília: 1990

CHAN, Nelida. Circuitos turísticos: programacion y cotizacion.3ªed. Buenos Aires – Argentina: Ediciones Turísticas, 2005.

HINTZE, Helio. Guia de turismo: formação e perfil profissional. 5. PRADO, Wania Gaspar M. Organização de viagens: manual prático. São Paulo: Aleph, 2002.

HOLLANDA, Janir. Operação e agenciamento. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2003.

PELIZZER, Hilário. Administração e gerenciamento de agencias de viagem. São Paulo, ed. Edicon, 2005.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Legislação do Turismo
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º Semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Marcelo Serrano Oliveira Junior
EMENTA
<p>Contrato de trabalho. Direito individual do trabalho. Conceito de responsabilidade civil. Tipologia de contratos. Classificação de contratos. Contratos de prestação de serviços. Código de defesa do consumidor. Relações contratuais consumidor e empresa. O turismo na constituição brasileira. Legislação turística. Instrumentos normativos reguladores da atividade turística. O turismo e a legislação ambiental. Legislação e patrimônio cultural. O código de defesa do consumidor. Normas do estrangeiro no turismo</p>
OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a estrutura do ordenamento jurídico nacional, assim como os princípios constitucionais aplicados ao Turismo e Lazer. Analisar as normas aplicáveis ao Turismo e Lazer e discutir os problemas usuais enfrentados pelos profissionais da área e pelos turistas. <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o conhecimento dos aspectos práticos que regem a normatização atinente às atividades turísticas no Brasil e os aspectos práticos destas aplicações. • Possibilitar a capacidade de aplicar seus conhecimentos de modo que adéquem a prática profissional ao ordenamento jurídico vigente.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. O turismo e a Constituição Federal Brasileira de 1988; 2. A Política Nacional de Turismo; 3. Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977: Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; 4. Noções de Direito do Trabalho: Princípios Básicos <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Contratação e demissão 4.2 Férias, seguro-desemprego, jornada de trabalho, segurança do trabalho 5. Noções de Direito Ambiental: princípios fundamentais <ol style="list-style-type: none"> 5.1 A política nacional do meio ambiente 5.2 Turismo como atividade impactante 6. Direito do Consumidor <ol style="list-style-type: none"> 6.1 Estudos de casos: Atrasos na viagem, cancelamento da viagem, venda enganosa, problemas no hotel, problemas de transporte.

METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas utilizando os seguintes recursos didáticos: quadro branco, pincel atômico, <i>software</i> para exibição de <i>slides</i> em computador com TV ou projetor de vídeo; • Aplicação e resolução de listas de exercícios; • Aulas práticas em laboratório.
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, num total de 3 (três) a cada bimestre, e possivelmente através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada bimestre.
RECURSOS NECESSÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos, computadores com <i>softwares</i> específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia.
BIBLIOGRAFIA
BÁSICA
<p>Coleção das Leis do Trabalho. Curso Técnico de Nível Médio em Turismo. Natal: CEFET-RN, 2000.</p> <p>FERRAZ, Joandre Antonio. O regime jurídico do turismo. Campinas: Papyrus, 1992.</p> <p>PINTO, Antônio Carlos Brasil. Turismo e Meio Ambiente: Aspectos Jurídicos. Campinas: Papyrus, 1998 (Coleção Turismo).</p>
COMPLEMENTAR
<p>BOITEUX, Bayard. Legislação de turismo. São Paulo: Campus, 2008.</p> <p>CÓDIGO CIVIL e constituição Federal tradicional. 61.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MAMEDE, Gladston. Manual de direito para Administração hoteleira. Atlas, 2009.</p> <p>MARTINS, Plínio Lacerda. Código de defesa do consumidor. Lei 8078/1990. DP&A/Lamparina, 2009.</p> <p>DA SILVA, Homero Batista Mateus. Curso de Direito aplicado. v.1. Campus, 2008.</p> <p>SERRANO, Pablo Jiménez. Introdução ao Direito do consumidor. Manole, 2003.</p>

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Inglês II
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Jailma Freire Marinho
EMENTA
<p>Apresentar e desenvolver no aluno linguagem que os capacitem falar sobre pontos turísticos, monumentos históricos, arte, meio ambiente e cultura da região onde atua, bem como torná-los capazes de passar informações turísticas com precisão.</p>
OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades de ouvir e falar em contextos turísticos. <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver no aluno vocabulário voltado para a área de turismo • Desenvolver a habilidade de falar sobre pontos turísticos, monumentos históricos, arte, meio ambiente e cultura • Desenvolver a capacidade de orientar/guiar turistas em ambientes normalmente frequentados por estes • Desenvolver a capacidade de compreensão referente a problemas enfrentados por turistas, como problemas de saúde e segurança • Desenvolver a habilidade de compreensão auditiva em diferentes sotaques
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhando com informações turísticas • Direções • Conhecendo os pontos turísticos da região • Elaborando um passeio turístico em inglês • Enfrentando problemas de segurança • Lidando com problemas de saúde
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Os conteúdos supracitados serão abordados das seguintes formas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aulas expositivo-dialogadas com base em recursos audiovisuais; 2. Atividades de interação em grupo onde os alunos irão praticar as estruturas aprendidas de forma oral; 3. Atividades individuais e em grupo, utilizando também recursos da Internet (laboratório); 4. Apresentação pelos alunos das atividades realizadas (seminários) utilizando outras

disciplinas como fonte de interdisciplinaridade e interação entre alunos, professores e o curso.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Avaliação contínua durante o bimestre levando em consideração assiduidade, pontualidade, participação e envolvimento com a disciplina, uma por bimestre.
- Avaliação formal através de prova(s) por bimestre(s), mínimo de uma por bimestre.
- Avaliação através de apresentação de pesquisas e seminários (individuais ou em grupos), uma por bimestre(s).
- Avaliação através de listas de exercícios (individuais ou em grupos), pesquisas e outras atividades desenvolvidas dentro ou fora da sala de aula;
- Uma avaliação para recuperação da aprendizagem por bimestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Quadro branco e caneta de quadro;
- Textos, apostilas e material fotocopiado para distribuição entre os alunos;
- Retroprojektor;
- Televisão;
- DVD;
- Aparelho de som;
- Microcomputador/notebook
- *Data show*;

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR: para estudantes brasileiros de inglês. Português-Inglês / Inglês-Português. Oxford University Press, 2007.

DE BIAGGI, Enaura T. Kriek & STAVALE, Emeri De Biaggi. Enjoy you Stay!: Inglês Básico para Hotelaria e Turismo. São Paulo: Disal, 2004.

DUDLEY-EVANS, Tony; ST JOHN, Maggie Jo. Developments. In: English for Specific Purposes: a multi-disciplinary approach. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

COMPLEMENTAR

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

EDMUNDSON, Maria Verônica A da Silveira. Leitura e Compreensão de textos no livro didático de língua inglesa. João Pessoa. Editora do CEFET-Pb. 2004.

KLEIMAN, Angela. Texto & Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura. 13ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Gêneros textuais: O que são e como se classificam? Recife: Editora da UFPE, 2000.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa Científica
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º semestre
Carga Horária: 33,3h/r
Docente Responsável: Thyago de Almeida Silveira
EMENTA
<p>Apresentar aos alunos os fundamentos epistemológicos e operacionais da pesquisa científica, enfatizando os conhecimentos necessários ao exercício da prática de iniciação a pesquisa e as alternativas metodológicas para o seu planejamento, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados. Neste processo os alunos serão orientados e acompanhados para exercitar a prática de iniciação na pesquisa, pela realização de procedimentos e etapas necessárias à elaboração de projetos de pesquisa e seu desenvolvimento, conhecendo os princípios básicos da organização e da elaboração de um projeto de pesquisa, de forma a oportunizar aos alunos a compreensão do método científico e sua aplicabilidade.</p>
OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar aos alunos um conhecimento aprofundado sobre a construção histórica do conhecimento científico, seus métodos e técnicas, permitindo uma reflexão crítica sobre os diversos tipos de conhecimento e sua aplicabilidade na construção da vida em sociedade, a partir de uma contextualização sobre o papel da ciência na sociedade contemporânea. <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir, problematizar e analisar os princípios gerais do discurso científico (a questão do método, das técnicas e do processo de investigação científica); • Diferenciar os tipos de conhecimentos, como também a evolução do método científico ao longo dos tempos; • Elaborar, de modo sistemático e com rigor metodológico, um projeto de pesquisa, bem como a confecção de documentos seguindo as regras e normatizações; • Conhecer as normas da ABNT para a redação científica; • Reconhecer as etapas do processo de pesquisa, da concepção às operações principais de realização e interpretação dos dados a partir das abordagens de análise.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Ciência: uma visão geral; • O conhecimento religioso ou teológico; senso comum; conhecimento filosófico e conhecimento científico. • Evolução das ideias científicas: dos gregos ao positivismo; • Abordagem de alguns autores e principais aspectos de suas obras: Antiguidade clássica, Idade Média, Renascença, Iluminismo, Modernidade, Contemporaneidade; • Noções preliminares sobre ciência e método científico; • Conhecimento científico: métodos e técnicas. • Pesquisa: conceitos e finalidades; • As dimensões da pesquisa: natureza da pesquisa (qualitativa/quantitativa), finalidade

da pesquisa (básica/aplicada), tipo de pesquisa (descritiva/experimental), estratégias da pesquisa; pesquisa teórica, pesquisa aplicada, pesquisa de campo;

- Normas de Redação Científica (Fichamento; Resumo; Resenha; Relatório Técnico);
- A pesquisa científica na internet: conhecendo as principais bases de dados.
- Estrutura do texto Dissertativo: Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, Monografia, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.
- As partes de um trabalho científico: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais;
- A estrutura do Projeto de Pesquisa: tema, delimitação do tema, justificativa do tema, objetivo geral, objetivo específico, formulação do problema de pesquisa, formulação da hipótese da pesquisa, metodologia da pesquisa, definição dos termos da pesquisa bibliografia, referencial teórico, cronograma e referências;
- Principais Normas da ABNT acerca dos trabalhos científicos;
- Organização das fontes de referência bibliográfica e citação, de acordo com a ABNT e sua aplicação em projeto;
- Confecção de um projeto de pesquisa.
- Eventos científicos;
- Associações Científicas, Grupos de Trabalho, Grupos de Estudo;
- As Agências de Fomento e de Apoio à pesquisa: CAPES, CNPq, Plataforma Lattes, INEP, FAPS: Fundações de Apoio a Pesquisa.
- Publicações científicas: elaboração, revisão, edição e apresentação de artigos científicos;
- Elaboração de um artigo científico.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia das aulas se desenvolverá no sentido de favorecer a realização de atividades de caráter teórico-prático no campo da pesquisa científica, como forma de atingir os objetivos da disciplina. Assim, adotamos algumas estratégias de aprendizagem no sentido de favorecer a transmissão dos conteúdos específicos da disciplina de pesquisa, bem como a produção de novos conhecimentos. Desta feita, adotamos as estratégias, a saber:

- Aula expositiva e dialogada;
- Leitura compartilhada;
- Trabalhos em pequenos grupos (análise de projetos, monografias, teses e dissertações);
- Realização de trabalhos e estudos de textos;
- Produção de fichamentos, resenhas, resumos, ensaios, artigos, etc);
- Realização de Seminários sobre pesquisa;
- Aulas de campo (visitas institucionais, bibliotecas, etc);
- Pesquisa de campo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Para tanto, a avaliação ocorrerá de forma processual, no decorrer do bimestre, quando avaliaremos a participação dos alunos nas aulas e sua produção textual no que concerne a elaboração de fichamentos, resenhas, resumos, ensaios, artigos, bem como de um projeto de pesquisa. Serão realizadas duas avaliações formais por bimestre, além da recuperação de aprendizagem. Dessa forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando claros seus objetivos e critérios, a saber: grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados a demonstração do domínio dos conhecimentos adquiridos em pesquisa científica. A avaliação se dará por meio dos seguintes instrumentos:

- Participação nas aulas (avaliação processual);
- Elaboração em sala de aula de fichamentos, resenhas críticas, resumos de textos, relatórios de atividades, etc.;
- Atividades extra-sala de aula (pesquisas de campo, visitas a bibliotecas e/ou outras instituições);
- Seminários (avaliação parcial);
- Provas finais (avaliação final).

RECURSOS NECESSÁRIOS

O desenvolvimento da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica irá requerer a utilização de uma diversidade de recursos materiais disponíveis em tempos de acelerados avanços tecnológicos, de forma a nos auxiliar no alcance das competências e habilidades necessárias a formação de um bom pesquisador. Assim sendo, nos utilizaremos dos recursos existentes no *campus*, por meio do acervo bibliográfico existente na instituição, bem como dos recursos das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC), como fonte de pesquisa. Desta feita, a mediação do processo de aprendizagem será facilitada por meio dos seguintes recursos didáticos:

- *Data show*
- Notebook
- Pincel
- Apagador
- Lousa branca
- Textos com Atividades Avaliativas
- Recursos áudios-visuais (TV, DVD, equipamento de som, etc.)
- Livros ou periódicos
- Bibliotecas virtuais
- Internet.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, E. M.; Marconi, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª edição. São Paulo: 2011.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3. Ed.. Rev. E atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

COMPLEMENTAR

Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos – Apresentação - Elaboração: NBR 14724:2011.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. – 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHASSOTT, A. **A ciência através dos tempos**. 2. ed. Reform. São Paulo: Moderna, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de Conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Espanhol
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Verônica Pereira Batista
EMENTA
Desenvolvimento da habilidade de leitura eficiente e reflexiva através do conhecimento de estratégias de leitura, uso do dicionário, reconhecimento da estrutura da língua espanhola e referência textual, assim como alguns aspectos culturais.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o desenvolvimento no aluno da capacidade de compreender diferentes textos escritos em língua espanhola, com foco na área turística.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão de diferentes gêneros textuais autênticos, escritos em língua espanhola, relacionados a conhecimentos gerais e específicos. • Aquisição e uso de técnicas diferenciadas de leitura e compreensão de textos. • Emprego diferenciado de recursos estilísticos para leitura e tradução. • Aprofundar o conhecimento e a aplicação das estratégias de leitura • Realizar leituras em língua espanhola (nível inicial) • Promover o conhecimento de expressões idiomáticas próprias da Língua Espanhola • Desenvolver o conhecimento do vocabulário básico e de estruturas gramaticais do espanhol. • Desenvolvimento do uso eficiente de dicionários impressos e online. • Intensa ampliação do vocabulário.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Origem da língua espanhol e sua expansão histórica • Fonemas e signos ortográficos da língua espanhola • Técnicas de leitura, Compreensão e interpretação de texto • Gêneros textuais – teoria e conscientização do processo de leitura • Léxico, sintaxe e estruturas funcionais da língua espanhola • Expressões idiomáticas • Os estereótipos culturais - Pintura, cinema, esporte, festas e tradições, fotografia, gastronomia, literatura, música e outros aspectos culturais relativos ao mundo hispânico ao longo da história e na atualidade. • Léxico específico da área • Atividades de uso do dicionário
METODOLOGIA DE ENSINO

- Aula expositiva dialogada, leituras dirigidas, atividades individuais e/ou em grupo, debates, discussão e exercícios. Trabalhos práticos de leitura e compreensão através de textos de estrutura simples abordando a linguagem em suas múltiplas funções.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será de forma contínua levando-se em consideração a assiduidade do aluno nos trabalhos propostos em sala de aula e nos exercícios escritos e provas de verificação da aprendizagem.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco; retroprojektor; *data-show*; obras literárias como leitura extraclasse; textos teóricos; material xerocopiado, filmes, músicas, etc.

BIBLIOGRAFIA

Básica

COLOMER, T.; CAMPS, A. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FANJUL, A. (Org.). **Gramática y práctica de español para brasileños**. São Paulo: Moderna, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: contexto, 2006.

Complementar

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual**. Petrópolis: Vozes, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. **Prática textual**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

PLATÃO & FIORIN. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1992.

VRANIC, Gordana. **Hablar por los codos, frases para un español cotidiano**. Madrid: EDELSA, 2004.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR		
Componente Curricular: Informática Básica		
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)		
Série/Período: 2º semestre		
Carga Horária: 33 h/r		
Docente Responsável: Bruna Alice Taveira de Lima		
EMENTA		
Apresentar os fundamentos básicos de manuseio de software aplicativo. Conduzir ao uso das principais funções de editores de texto, de planilha eletrônica e de apresentação de slides. Apresentar uma visão geral das técnicas, ferramentas e tecnologias existentes no mercado voltado para demandas portuárias.		
OBJETIVOS		
Aplicar os conceitos básicos de informática para aplicação em sistemas informatizados pertinentes à área.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE I - INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Entendendo o funcionamento de um microcomputador 2. Componentes de Hardware e Periféricos; 3. Software: conceitos de sistemas operacionais, utilitários e aplicativos; 4. Ergonomia: uso seguro do computador contra os efeitos da LER e CVS (NR-17); 5. Instalando Ligando e Testando um microcomputador 		
UNIDADE II - BÁSICO DE SISTEMAS OPERACIONAIS		
<ol style="list-style-type: none"> 6. Estrutura Operacional, componentes e interfaces com o usuário; 7. Entendendo conceitos e práticas de criação e manipulação de diretórios, arquivos, pastas e unidades e dispositivos de armazenamento; 8. Configurações Básicas do Sistema Operacional Windows 9. Ferramentas do Sistema Operacional Windows 10. Gerenciamento do Sistema Operacional em nível de usuários. 		
UNIDADE III - REDES DE COMPUTADORES, INTERNET E SEGURANÇA		
<ol style="list-style-type: none"> 11. Componentes básicas de uma rede de computadores: <i>software</i> e <i>hardware</i>; 12. Entendendo o conceito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); 13. Internet: o início, o acesso, navegadores e o uso básico (<i>browsers</i>, <i>e-mail</i>, pesquisas avançadas); 14. Mídias Sociais: introdução, conceitos, aplicações e uso profissional desses recursos; 15. Segurança: recursos básicos, prevenção e correção de vulnerabilidades dos dados de usuários e corporações. 		
UNIDADE IV - FERRAMENTAS BÁSICAS DO ADMINISTRADOR (Aplicativos Licenciados e Livres):		
<ol style="list-style-type: none"> 16. Editor de Texto (Word/Writer): criação e edição de documentos; conhecimento dos principais recursos de editores licenciados e de domínio livre; trabalhando na nuvem (<i>Google Docs</i> e <i>Office Web Apps</i>); 17. Planilhas Eletrônicas (<i>Excel/Calc</i>): criação e edição de planilhas; uso de fórmulas 		

<p>predefinidas (principais funções); criação de fórmulas customizadas, dominando formatações de dados e criando gráficos gerenciais;</p> <p>18. Programas de Apresentações (<i>Power Point/Impress</i>): domínio básico de técnicas de criação e apresentação textual e gráfica.</p>
<p>UNIDADE V - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM GESTÃO DE PROCESSOS (fundamentos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • ERP (Planejamento de Recursos da Empresa): sistema de gestão integrada nas áreas de administração, finanças, compras, vendas, contas a pagar e a receber, recursos humanos, entre outros recursos;
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>
<p>Aulas expositivo-dialogadas, leitura e discussão de textos, estudo dirigido, apresentação de vídeos, exercícios de fixação da aprendizagem e visita técnica. Aulas práticas no laboratório de informática.</p>
<p>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</p>
<p>02 (duas) Avaliações escritas e/ou práticas</p>
<p>RECURSOS NECESSÁRIOS</p>
<p>Microcomputador e softwares específicos. Quadro branco e pincel atômico. TV com cabo HDMI. Revistas, livros e acesso a Internet.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>
<p>Básica</p>
<p>Banzato, E. WMS Sistema de Gerenciamento de Armazéns. São Paulo: IMAM, 1998.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007. 619 p.</p> <p>Sampaio, C. M. P. e Kurosawa, R. S. S. Análise de Sistemas de Informação Aplicados à Gestão Portuária. Disponível em: <http://www.ipen.org.br/downloads/XIX/CT5_PUERTOS_Y_OBRAS_PORTUARIAS/Rosane%20Kurosawa%20-%20CI%C3%A1udio%20Sampaio.pdf>.</p>
<p>Complementar:</p>
<p>CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 350 p.</p> <p>GLENWRIGHT, Jerry. Fique por dentro da internet. São Paulo: Cosac Naify, 2001. 192 p.</p> <p>Revista TEMA – A Revista do Serpro. ISSN 0100-5227. Disponível em: <tema.serpro.gov.br>; <http://www4.serpro.gov.br/imprensa/publicacoes/tema-1/antigas%20temas/tema/edicoes-antiores>.</p> <p>SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 157 p.</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 407 p.</p>

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Turismo Náutico
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º Semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Janaína Sales Holanda
EMENTA
<p>A atividade náutica, quando atrelada ao turismo, possui características que a diferenciam do simples ato de navegação. O Turismo Náutico, portanto, não se configura pela utilização da embarcação como simples meio de transporte, mas como principal motivador da prática turística. É importante</p>
OBJETIVOS
Geral
Compreender a náutica como indutora da demanda turística, agregando-se à esta, o patrimônio cultural e natural como fonte para a formatação de produtos turísticos singulares.
Específico
<p>Identificar a viabilidade do Turismo Náutico na Paraíba Analisar as potencialidades Turísticas do Segmento Produzir um inventário sobre oferta Turística na área Possibilitar formação de redes de cooperação para a roteirização turística</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> I. Aspectos conceituais e legais do segmento, o perfil do turista; II. Aspectos acerca da identificação de agentes e parceiros, até as peculiaridades relativas promoção e comercialização do segmento, oferecendo subsídios a gestores públicos e privados na perspectiva da diversificação e caracterização da oferta turística brasileira; III. Turismo Náutico de cruzeiros e de recreio e esporte; IV. Embarcações de turismo; V. Área de Navegação VI. Tipos de Turismo Náutico; VII. Relevância do Turismo Náutico; VIII. Estudos e Pesquisas no Segmento.
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Aulas expositivas, com utilização de quadro branco e apoio de computadores e projetores multimídia;</p> <p>Aulas práticas em laboratório de eletrônica, com utilização de instrumentos de medição, componentes eletrônicos e placas para montagem de circuitos (matriz de contatos);</p>

Exercícios, com apoio de ambiente virtual de aprendizagem;
Debates, seminários, trabalhos de pesquisa (individual e em grupo);

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Produção de inventário de Turismo Náutico na Paraíba, especificamente no Litoral Norte;
- Produção de roteiros turísticos na área, focando também o Turismo de Pesca.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Quadro branco, pincel atômico, projetor de imagens, computador e laboratório de hardware

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BOHN, Átila & GARCIA, Walter. Mercado Náutico: diagnóstico. Salvador. 2004.

RABAHY, Wilson Abrahão; KADOTA, Décio K. Caracterização da Demanda das Viagens de Cruzeiros Marítimos no Brasil. Revista Turismo em Números, Caderno de Estatísticas, edição nº 53. Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.sindetur.com.br> e http://www.abremar.com.br/pdf/Caracterizacao_da_Demanda_de_Viagens.pdf Acesso em março de 2016.

BRASIL, Decreto nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> .

COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério do Turismo. Inventário da Oferta Turística. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. EMBRATUR. Plano Aquarela: Marketing Turístico Internacional do Brasil. Brasília: EMBRATUR, 2005. BRASIL, Marinha Mercante. O Brasil e o Mundo. In: Cadernos de Infra-Estrutura. Nº 5, novembro de 1998.

_____. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão 2007-2010. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

ESPANHA. O Livro Azul da Náutica. Fundação de Esportes da Galícia/ Escola de Negócios Caixa Nova. Galícia, 2005

PAIVA, Eduardo. A logística como fator estratégico para aumento da capacidade operacional e competitiva em terminal portuário: o caso do porto de Ubu. Ouro Preto, 2004.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: História da Arte aplicada ao Turismo
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º Semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Isabela Augusta Carneiro Bezerra
EMENTA
O nascimento da arte da pré-história à idade média. As raízes da pintura, da escultura e da arquitetura e suas influências nos empreendimentos turísticos. Arte moderna e arte Contemporânea.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ao discente conhecimento teórico-prático para desenvolver habilidades no manejo da disciplina História da Arte Aplicada ao Turismo a partir da apreciação e identificação com a arte desde primórdios da história aos dias de hoje.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a importância da arte para o turismo; • Compreender os pontos turísticos artísticos; • Identificar as diferenças entre os tempos da arte no turismo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>UNIDADE I:</p> <p>1. Conceito de arte.</p> <p>2.. Arte da Pré-história</p> <p>UNIDADE II:</p> <p>1. Arte na antiguidade.</p> <p>UNIDADE III:</p> <p>1. Arte moderna</p> <p>UNIDADE IV:</p> <p>1. Arte contemporânea</p> <p>2. Arte da Paraíba</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Aulas expositivas utilizando os seguintes recursos didáticos: quadro branco, pincel atômico, <i>software</i> para exibição de <i>slides</i> em computador com TV ou projetor de vídeo;</p> <p>Aplicação e resolução de listas de exercícios;</p> <p>Aulas práticas em pontos turísticos regionais e nacionais.</p>

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada bimestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Livros didáticos, computadores com *softwares* específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia, recursos de locomoção para visitas em campo.

BIBLIOGRAFIA**BÁSICA**

CAMARGO, Aroldo. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2003.

FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélite para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Cadernos de Mapas. São Paulo: Edusp, 2003.

COMPLEMENTAR

HUGHES, Howard. Artes, entretenimento e Turismo. São Paulo: Rocca, 2004.

PROENÇA, Graça. História da Arte. Ed Ática São Paulo, 2003.

SCHMITZ, Janine. A importância da educação para o lazer na sociedade do ócio e seus benefícios para o turismo. São Paulo, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In RODRIGUES, Adyr Balastri (org). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1997.

VASCONCELLOS, Camilo. Turismo e Museus. São Paulo: Aleph, 2006.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Empreendedorismo
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º semestre
Carga Horária: 33 h/r
Docente Responsável: Álvaro Cavalcanti Filho
EMENTA
Empreendedorismo, o perfil empreendedor e intra-empendedor. O conhecimento para empreender. Inovação. Técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades. Técnica de estudo de viabilidade de roteiros. Plano de negócios para implantação de produtos turísticos. Abertura de Empresas. Elementos básicos de Marketing. Elementos básicos de Gestão de Pessoas. Elementos básicos de Finanças. Básico em Estrutura Organizacional.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Entender o conceito de empreendedorismo, seus conceitos básicos, tipologia.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e identificar a aplicação do empreendedorismo na profissão de guia de turismo; • Verificar as principais formas de administração de empresas da área do turismo; • Planejar a implementação de negócios relacionados a profissão de guia de turismo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedorismo: conceitos e definições; • O perfil e as características dos empreendedores; • As habilidades e competências necessárias aos empreendedores; • A importância do empreendedorismo para uma sociedade; • A identificação das oportunidades de negócios; • Conceitos e definições sobre crise e oportunidade; • Técnicas de identificar oportunidades; • Os recursos da tecnologia da informação na criação de novos negócios; • O plano de negócio: Conceitos e definições; • A importância do plano de negócio; • A estrutura do plano de negócio; • O plano de marketing; • O plano financeiro; • O plano de Produção.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva dialogada (com recursos audiovisuais em alguns momentos), leituras

dirigidas, atividades individuais e/ou em grupo, seminários, debates, discussão de textos teóricos, técnico-científicos e oficiais.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação se processará da seguinte forma:

- Avaliação escrita envolvendo os aspectos teóricos trabalhados em sala.
- Apresentação de seminário em grupo.
- Conjunto de todas as atividades desenvolvidas em sala ao longo do semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco; retroprojeter; *data-show*; obras literárias como leitura extraclasse; textos teóricos; material xerocopiado, filmes, músicas, etc.

BIBLIOGRAFIA

Básica

HISRICH, R. D. Empreendedorismo. Trad. Lene Belon Ribeiro. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo - transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 4. ed.

MORAIS, Carmem. Atitudes de empreendedores: os surpreendentes segredos dos empreendedores. . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001, 1. ed.

Complementar

BOLSON, Eder Luiz. Tchau patrão: Como construir uma empresa vencedora e ser feliz conduzindo o seu próprio negócio. Belo Horizonte, Senac-Mg, 2003.

CAVASSA, Cesar Ramirez. Gestão Administrativa para empresas turísticas. México: Trillas, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo, Saraiva, 2004.

SOUZA e GUIMARÃES. Empreendedorismo além do plano de negócios. São Paulo, Atlas, 2006.

TYLER, Duncan; GUERRIER, Yvonne; ROBERTSON, Martin (orgs.). Gestão de Turismo Municipal: Teoria e Prática de Planejamento Turístico nos Centros Urbanos. São Paulo: Futura, 2001.

PLANO DE ENSINO
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Componente Curricular: Técnicas e práticas de Guiamento Nacional
Curso: Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)
Série/Período: 2º Semestre
Carga Horária: 33h/r
Docente Responsável: Keitiana de Souza Silva
EMENTA
Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo em Excursão Nacional e América Latina. Procedimentos Técnicos do Guia em Excursão Nacional e América Latina. Procedimentos de Segurança.
OBJETIVOS
Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades e competências do profissional Guia de Turismo em Excursão Nacional e América Latina.
Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar a legislação turística e outras necessárias ao atendimento ao turista no Brasil e na América do Sul. • Sistematizar as informações referentes ao turismo nacional e sul americano. • Dominar técnicas de manuseio de guias, manuais e mapas (nacional e da América do Sul) • Avaliar informações geográficas, histórica, artísticas, atividades recreativas, de entretenimento, lazer, eventos, folclóricas, artesanais, de transporte, gastronômicas, de hospedagem no contexto brasileiro e sul-americano. • Programar produtos e serviços a serem oferecidos nas excursões nacionais e sul-americanas. • Interpretar contratos internacionais referentes à atividades turísticas como passagens aéreas internacionais. • Coordenar e supervisionar os serviços e recursos no Brasil e na América do Sul. • Identificar as necessidades e soluções adequadas no melhor atendimento ao turista.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo em Excursão Nacional e América do Sul. <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Funções e atribuições do Guia de Turismo em Excursão Nacional e América do Sul 1.2 Técnicas e Regras: <ol style="list-style-type: none"> 1.2.1 Execução de Roteiros, programas e itinerários nacionais e na América do Sul; 1.2.2 Manuseio de mapas, guias e manuais nacionais e da América do Sul. 1.2.3 Técnicas de elaboração de narrativas nacionais e sul-americanos. 2. Procedimentos preliminares de viagem: <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Providências na agência; 2.2 Material de trabalho/documentos administrativos e outros; 3 Plano de viagem:

- 3.1 Programa;
- 3.2 Quilometragem;
- 3.3 Pontos de apoio alternativos;
- 3.4 Guia local

- 4 Recepção ao turista:
 - 4.1 Procedimentos de recepção;
 - 4.2 Documentação de passageiros;
 - 4.3 Etiquetagem de bagagem;
 - 4.5 Traslado para o hotel;

5. Procedimentos de bordo:
 - 5.1 Apresentação Inicial
 - 5.2 Uso de microfone e outros equipamentos;
 - 5.3 Serviço de bordo;
 - 5.4 Animação turística;
 - 5.5 Apresentação do Guia Local

6. Procedimentos para traslados:
 - 6.1 Chegada;
 - 6.2 Saída;
 - 6.3 Prestar Informações sobre o destino da viagem

7. Procedimentos no aeroporto:
 - 7.1 Serviços gerais no terminal de passageiro (embarque e desembarque com o grupo).

8. Acomodação e saída do turista no hotel:
 - 8.1 Check-in (distribuição dos apartamentos, controle das bagagens, gratificações, procedimento diário no meio de hospedagem);
 - 8.2 Check-out (controle de bagagens, pagamentos);

9. Procedimentos no embarque/desembarque:
 - 9.1 Pagamentos taxas de embarque (controle de bagagens, revisão no meio de transporte, assistência ao turista/documentos necessários);
 - 9.2 Check-in de embarque;
 - 9.3 Embarque/desembarque no meio de transporte);

10. Procedimento na realização de passeios/visitas:
 - 10.1 reunião do grupo (procedimentos durante os percursos do passeio, procedimentos nas paradas definidas e/ou exploratórias, paradas para refeições, retorno para os meios de hospedagem);

11. Procedimentos no retorno:
 - 11.1 Agradecimentos;
 - 11.2 Promoção de outros roteiros;
 - 11.3 Procedimentos finais juntos à agência;
 - 11.4 Relatório final (prestação de contas, devolução das sobras do material);

12. Situações de emergência:
 - 12.1 Saúde do turista;
 - 12.2 Assalto/roubo;

13. Procedimentos de segurança (conduta em transportes, meios de hospedagem, espaço urbano e natural).

14. Técnicas e regras de aplicação de normas e procedimentos legais específicos ao Guia de Turismo Nacional e da América do Sul.

15. Técnicas, regras e procedimentos de reservas, efetivação e acompanhamento de acomodação, transferência, passeios, visitas, excursões e ingressos.

16. Técnicas de condução de turistas com orientação, assessoria, interpretação e transmissão de informações pertinentes ao Brasil e da América do Sul.

17. Condução de grupos em Portos e Navios.

14. Simulação das Práticas a serem desenvolvidas durante Excursão Nacional e América Latina.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aula expositiva e dialogada. Trabalhos em grupo. Atividades lúdicas. Leitura de textos, pesquisas individuais e coletivas. Vídeo, textos e artigos. Equipamento multimídia. Atividades lúdicas. Aulas de campo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- A avaliação da aprendizagem será diagnóstica e contínua conforme os conteúdos e objetivos estabelecidos para a disciplina, sendo aplicada em formato de avaliação escrita, apresentação de trabalhos e observação quanto à participação e interesse individual.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Livros didáticos, computadores com *softwares* específicos, quadro e equipamento de projeção e multimídia.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DIAS, Célia M. Moraes. Hospitalidade: reflexões e perspectivas. Ed. Manole, São Paulo, 2002.

DIAS, Reinaldo. Turismo Sustentável e Meio Ambiente. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGE, B., MILONE, P. (Org.). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. Competências mínimas do condutor. São Paulo, 2004.

BAHL, Miguel. Mercado Turístico: áreas de atuação. São Paulo: Roca, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Política de turismo e território. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz G. G. Cenários do turismo brasileiro. São Paulo: Aleph, 2009.

VIEIRA, Lorena Cláudia. A comunidade, a cultura e o turismo. Fortaleza: Premius, 2006.
VOLTOLINI, Ricardo. Conversa com líderes sustentáveis: o que aprender com quem fez ou está fazendo a mudança para a sustentabilidade. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2011.

9 REGULAMENTO DIDÁTICO PARA OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

9.1 Ingresso e Matrícula

O ingresso aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, *Campus Avançado Cabedelo Centro*, dar-se-á por meio de processo seletivo, destinado aos egressos do Ensino Fundamental ou transferência escolar destinada aos discentes oriundos de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de instituições similares.

No processo seletivo, o exame de seleção para ingresso nos cursos técnicos integrados será realizado a cada ano letivo, conforme Edital de Seleção, sendo as provas elaboradas por docentes das respectivas áreas de conhecimento, sob a responsabilidade da Coordenação Permanente de Concursos Públicos - COMPEC.

A matrícula deverá ser efetivada pelo discente ou por seu(sua) procurador(a), nos prazos estipulados no Edital de Matrícula, obedecendo-se às condições estabelecidas pelo Edital de Seleção.

O ingresso ocorrerá no curso para qual o (a) candidato (a) foi classificado (a), não sendo permitida a mudança de curso, exceto no caso de vagas remanescentes previstas no Edital de Seleção.

O Edital de Seleção que trata da ocupação das vagas remanescentes deverá especificar os critérios para preenchimento destas vagas.

9.2 Trancamento e Reabertura de matrícula

Não será permitido o trancamento de matrícula no semestre inicial do curso, exceto nos seguintes casos devidamente comprovados:

- I – Tratamento de saúde;
- II – Convocação para o Serviço Militar;
- III – Gravidez de risco;
- IV – Trabalho formal;
- V – Mudança de domicílio para outro município ou unidade federativa;
- VI – Acompanhamento do cônjuge.

O trancamento de matrícula poderá ocorrer apenas uma vez, exceto nos casos acima descritos. O prazo para trancamento é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir do início do semestre letivo cuja solicitação será mediante requerimento à Coordenação de Controle Acadêmico (CCA).

O discente deverá reabrir, obrigatoriamente, sua matrícula no início do semestre letivo seguinte ao do seu trancamento, observando os prazos previstos no Calendário

Acadêmico. Perderá a vaga o discente que não efetivar a matrícula nos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico e o seu retorno às atividades acadêmicas será definido pela coordenação de curso, considerando a capacidade instalada e a disponibilidade de vagas, podendo, até mesmo, efetivar-se apenas no período seguinte àquele solicitado.

Ao final de cada semestre, em período definido pelo IFPB, o discente deverá renovar sua matrícula para manutenção do seu vínculo com a Instituição. Ficarão impedidos de renovar matrícula o discente com 02 (duas) reprovações totais e/ou desistências consecutivas em qualquer um dos semestres, perdendo direito à vaga.

9.3 Aproveitamento de conhecimentos adquiridos

O discente poderá requerer aproveitamento de conhecimentos adquiridos dentro ou fora do sistema regular de ensino. Para o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos anteriormente, considerar-se-ão:

- I – inicialmente, as competências da área profissional;
- II – a correspondência com as competências da habilitação específica.

O requerimento para aproveitamento de conhecimentos adquiridos deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso nos primeiros 10 (dez) dias letivos, conforme as exigências abaixo relacionadas:

- para qualificação profissional, etapas de nível técnico, apresentar histórico e ementa;
- para curso de qualificação profissional de nível básico, apresentar certificado e ementa;
- para conhecimentos adquiridos por meio informal, apresentar documentos relativos à experiência profissional;

Para conhecimentos adquiridos em qualificação profissional, etapas, disciplinas de nível técnico cursados na habilitação profissional ou interhabilitação, será feita uma análise de currículo para se verificar a correspondência com o perfil de conclusão de curso, desde que esteja dentro do prazo limite de 05 (cinco) anos (Parecer CNE/CEB 16/99).

Os conhecimentos adquiridos em disciplinas nos cursos de nível superior de tecnologia poderão ser aproveitados, sem necessidade de avaliação, passando pela apreciação do professor. A análise da equivalência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas e não sobre a terminologia das disciplinas requeridas, e a correspondência mínima de 75% da carga-horária. O conhecimento

adquirido em cursos realizados até 05 (cinco) anos, em cursos de nível básico e, ainda, os adquiridos no trabalho poderão ser aproveitados mediante avaliação, considerando-se o perfil de conclusão do curso (Parecer CNE/CEB 16/99 – Lei 9.394/96, Art. 41).

Na avaliação desses conhecimentos poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

- I – Atividades práticas;
- II – Projetos;
- III – Atividades propostas pelos docentes.

9.4 Transferência e adaptação curricular

Poderão ser admitidos, por transferência, os discentes procedentes de escolas similares, considerando-se o eixo tecnológico e a existência de vagas.

O requerimento de transferência deverá ser acompanhado do histórico escolar e das ementas das disciplinas cursadas. A análise curricular será realizada pela Coordenação do Curso. Ocorrendo divergência curricular, o aproveitamento de estudos dar-se-á quando houver compatibilidade de, no mínimo, 75% da carga horária total e do conteúdo. No caso de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, removido ex officio, a matrícula será concedida independentemente de vaga e de prazos estabelecidos, nos termos da Lei No 9.356/97.

9.5 Reingresso

O reingresso é a possibilidade dos discentes que perderam o vínculo com o IFPB, por abandono ou jubramento, de reingressar na Instituição, a fim de integralizar o seu currículo, conforme a oferta de vagas com esta finalidade no período e no curso de origem.

O reingresso poderá ser autorizado uma única vez e para o seu curso de origem. Somente serão apreciados os requerimentos de reingresso de ex discentes que se enquadrem nas seguintes situações:

- I – Não ter sido reintegrado anteriormente;
- II – Não estar matriculado em nenhum curso do IFPB;
- III – Ter aprovação em todas as disciplinas exigidas para o 1º período do curso;
- IV – Não ter sido reprovado 4 (quatro) vezes em uma ou mais disciplinas;

V – Não terem decorrido mais de 5 (cinco) anos, desde a interrupção do curso até o período pretendido para o reingresso.

O reingresso condiciona, obrigatoriamente, o discente ao currículo e regime acadêmico vigente, não se admitindo, em nenhuma hipótese, complementação de carga horária em disciplinas do vínculo anterior. Será concedido ao discente um período letivo adicional para ele promover a adaptação curricular.

A inscrição será aberta por Edital, que regulamentará todo processo de reingresso. Ao inscrever-se, o candidato firmará declaração de que aceita as condições estabelecidas nestas orientações.

Para efeito de conclusão do curso, o discente que tenha perdido o vínculo com a Instituição em período não superior a 05 (cinco) anos, faltando-lhe apenas apresentar o relatório de estágio curricular obrigatório ou de práticas profissionais, poderá solicitar o reingresso a qualquer momento, independentemente de prazo previsto no calendário acadêmico.

Nesta condição, o candidato deve protocolar uma declaração do Professor Orientador, informando o período e carga horária do estágio (no caso de estágio curricular). Uma vez requerido o reingresso nos termos destas orientações, a DDE autorizará a matrícula do discente no estágio curricular obrigatório, apenas para efeito de entrega do relatório, com prazo não superior a 30 dias, a contar da data de seu reingresso.

9.6 Avaliação

“Conhecer algo equivale a avaliá-lo, atribuir-lhe um valor, um significado, a explicá-lo, e isto tanto na experiência comum, quanto nos mais sistemáticos processos científicos”. (BARTOLOMEIS, p.39, 1981)

A avaliação deve ser compreendida como uma prática processual, diagnóstica, contínua e cumulativa, indispensável ao processo de ensino e de aprendizagem por permitir as análises no que se refere ao desempenho dos sujeitos envolvidos, com vistas a redirecionar e fomentar ações pedagógicas, devendo os aspectos qualitativos preponderar sobre os quantitativos, ou seja, inserindo-se critérios de valorização do desempenho formativo, empregando uso de metodologias conceituais, condutas e inter-relações humanas e sociais.

Conforme a LDB, deve ser desenvolvida refletindo a proposta expressa no plano pedagógico. Importante observar que a avaliação da aprendizagem deve assumir caráter educativo, viabilizando ao estudante a condição de analisar seu percurso e, ao

professor e à escola, identificar dificuldades e potencialidades individuais e coletivas.

A avaliação da aprendizagem ocorrerá por meio de instrumentos próprios, buscando detectar o grau de progresso do discente em processo de aquisição de conhecimento. Realizar-se-á por meio da promoção de situações de aprendizagem e da utilização dos diversos instrumentos que favoreçam a identificação dos níveis de domínio de conhecimento/competências e o desenvolvimento do discente nas dimensões cognitivas, psicomotoras, dialógicas, atitudinais e culturais.

O processo de avaliação de cada disciplina, assim como os instrumentos e procedimentos de verificação de aprendizagem, deverão ser planejados e informados, de forma expressa e clara, ao discente no início de cada período letivo, considerando possíveis ajustes ao longo do ano, caso necessário.

No processo de avaliação da aprendizagem deverão ser utilizados diversos instrumentos, tais como debates, visitas de campo, exercícios, provas, trabalhos teórico-práticos aplicados individualmente ou em grupos, projetos, relatórios, seminários, que possibilitem a análise do desempenho do discente no processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados das avaliações deverão ser expressos em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), considerando-se os indicadores de conhecimento teórico e prático e de relacionamento interpessoal.

A avaliação do desempenho escolar definirá a progressão regular por ano. Serão considerados critérios de avaliação do desempenho escolar:

I – Domínio de conhecimentos (utilização de conhecimentos na resolução de problemas; transferência de conhecimentos; análise e interpretação de diferentes situações-problema);

II – Participação (interesse, comprometimento e atenção aos temas discutidos nas aulas; estudos de recuperação; formulação e/ou resposta a questionamentos orais; cumprimento das atividades individuais e em grupo, internas e externas à sala de aula);

III – Criatividade (indicador que poderá ser utilizado de acordo com a peculiaridade da atividade realizada);

IV – Autoavaliação (forma de expressão do autoconhecimento do discente acerca do processo de estudo, interação com o conhecimento, das atitudes e das facilidades e dificuldades enfrentadas, tendo por base os incisos I, II e III);

V – Outras observações registradas pelo docente;

VI – Análise do desenvolvimento integral do discente ao longo do ano letivo.

Os discentes serão, previamente, comunicados a respeito dos critérios do processo

avaliativo. As avaliações de aprendizagem deverão ser entregues aos alunos e os resultados analisados em sala de aula no prazo até 07 (sete) dias úteis após realização da avaliação, no sentido de informar ao discente do seu desempenho.

O número de verificações de aprendizagem que o professor deverá realizar durante o semestre deve atender ao mínimo de:

- 02 (duas) verificações para disciplinas com carga horária até 67 (sessenta e sete) horas;
- 03 (três) verificações para disciplinas com carga horária superior a 67 (sessenta e sete) horas.

O resultado do desempenho deve ser registrado nos Diários de Classe juntamente com a frequência escolar e lançadas no Sistema de Controle Acadêmico, obrigatoriamente, após o fechamento do semestre letivo, observando o Calendário Acadêmico.

O controle da frequência contabilizará a presença do discente nas atividades programadas, das quais estará obrigado(a) a participar de pelo menos 75% da carga horária prevista em cada componente curricular.

Ao final de cada bimestre deverão ser realizados estudos e avaliações de recuperação, destinadas aos discentes que não atingirem a média bimestral 70 (setenta).

9.7 Aprovação e Reprovação

Considerar-se-á aprovado no período letivo o discente que, ao final do semestre, obtiver média aritmética igual ou superior a 70 (setenta) em todas as disciplinas e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária por disciplina.

O discente que obtiver Média Semestral (MS) igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta) em uma ou mais disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária por disciplina do período, terá direito a submeter-se à Avaliação Final em cada disciplina em prazo definido no calendário acadêmico.

Será considerado aprovado, após a avaliação final, o discente que obtiver média final igual ou superior a 50 (cinquenta), calculada através da seguinte equação:

$$\mathbf{MF = (6MS + 4AF) / 10}$$

Onde:

MF = Média Final

MS = Média Semestral

AF = Avaliação Final obtida através da seguinte expressão:

Considerar-se-á reprovado por disciplina o discente que:

I – Obtiver frequência inferior a 75% da carga horária prevista na disciplina;

II – Obtiver média semestral menor que 40 (quarenta);

III – Obtiver média final inferior a 50 (cinquenta), após a avaliação final.

Não haverá segunda chamada ou reposição para Avaliações Finais, exceto no caso decorrente de julgamento de processo e nos casos de licença médica, amparados pelas legislações específicas.

9.8 Reposição das avaliações

O discente que não comparecer à atividade de verificação da aprendizagem programada terá direito a apenas um exercício de uma reposição por disciplina, devendo o conteúdo ser o mesmo da avaliação a que não compareceu. Fará jus, ainda, sem prejuízo do direito assegurado acima, o discente que faltar à avaliação por estar representando a Instituição em atividades desportivas, culturais, técnico científicas, de pesquisa e extensão e nos casos justificados.

9.9 Regime especial de exercício domiciliar

O regime especial de exercício domiciliar, como compensação por ausência às aulas, amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/69 e pela Lei nº 6.202/75, será concedido:

I – À discente em estado de gestação, a partir do oitavo mês ou em período pós-parto, durante 90 dias;

II – Ao discente com incapacidade física temporária, de ocorrência isolada ou esporádica, incompatível com a frequência às atividades escolares na Instituição, desde que se verifique a observância das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar.

Para fazer jus ao benefício o requerente deverá:

- Solicitar a sua concessão à Coordenação do Curso;
- Anexar atestado médico com a indicação das datas de início e término do período de afastamento.

Fica assegurado ao discente em regime especial de exercício domiciliar o direito à prestação das avaliações finais. Os exercícios domiciliares não desobrigam, em hipótese alguma, o discente de realizar as avaliações da aprendizagem.

O representante do discente em regime domiciliar deverá comparecer à Coordenação do Curso para retirar e/ou devolver as atividades previstas. As atividades curriculares de modalidade prática que necessitem de acompanhamento do docente e da presença física do discente em regime especial deverão ser realizadas, após o retorno do discente às aulas e em ambiente próprio para sua execução, desde que compatíveis com as possibilidades da Instituição.

9.10 Práticas Profissionais

As práticas profissionais integram o currículo do curso, contribuindo para que a relação teoria prática e sua dimensão dialógica estejam presentes em todo o percurso formativo. São momentos estratégicos do curso em que o estudante constrói conhecimentos e experiências por meio do contato com a realidade cotidiana das decisões. É um momento ímpar de conhecer e praticar *in loco* o que está aprendendo no ambiente escolar. Caracteriza-se pelo efetivo envolvimento do sujeito com o dia a dia das decisões e tarefas que permeiam a atividade profissional.

O desenvolvimento da prática profissional ocorrerá de forma articulada possibilitando a integração entre os diferentes componentes curriculares.

Por não estar desvinculada da teoria, a prática profissional constitui e organiza o currículo sendo desenvolvida ao longo do curso por meio de atividades tais como:

- I. Estudo de caso;
- II. Conhecimento do mercado e das empresas;
- III. Pesquisas individuais e em equipe;
- IV. Projetos;
- V. Exercícios profissionais efetivos.

O IFPB poderá desenvolver projetos com empresas e organizações privadas, governamentais e do terceiro setor, objetivando não só a capacitação do corpo docente e discente como também o intercâmbio de ações. Deverão ser implementadas medidas visando o estabelecimento de parcerias com entidades representativas de classe, a saber, organizações sindicais, conselhos regionais, associações comerciais, instituições de pesquisa e desenvolvimento, entre outros, visando à realização de projeto, painéis, palestras, simpósios, congressos e feiras, com ampla participação dos profissionais dessas instituições.

O IFPB, sempre que seu orçamento permitir, viabilizará a participação discente em eventos, cursos, encontros, feiras, visitas técnicas e outras atividades realizadas

extramuros. Também buscará parcerias com organizações públicas e privadas e coparticipação dos alunos visando financiar e possibilitar a inserção de alunos em ações externas de modo a ampliar e enriquecer sua formação procurando fazer com que ele interaja cada vez mais com o mundo do trabalho de modo a calibrar suas preparações humanísticas, científicas e tecnológicas, gerais e específicas, entrelaçando atividades acadêmicas com atividades de mercado.

9.11 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Caso não seja disponibilizada vaga para estágio, o discente poderá optar pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sendo a Coordenação do Curso responsável por designar um(a) professor(a) para orientar o TCC, com a co-orientação do professor(a) da disciplina Metodologia do Trabalho Científico.

O TCC poderá assumir a forma de atividade de pesquisa e extensão, mediante a participação do(a) aluno(a) em empreendimentos ou projetos educativos e de pesquisa, institucionais ou comunitários, dentro da sua área profissional.

A apresentação do relatório do estágio supervisionado e/ou TCC é requisito indispensável para a conclusão do curso, sendo submetido à avaliação do professor(a) orientador(a) constante na documentação do estágio ou do TCC.

Após a conclusão do estágio, o(a) aluno(a) terá um prazo de até 30 (trinta) dias para a apresentação do relatório das atividades desenvolvidas ao(à) professor(a) orientador(a).

O estágio supervisionado, no Curso Técnico em Guia de Turismo poderá ser iniciado no primeiro semestre do Curso, devendo a sua conclusão ocorrer dentro do período máximo de duração do curso. A carga horária mínima destinada ao estágio supervisionado é de 200 horas, acrescida à carga horária estabelecida na organização curricular do referido curso.

9.12 Jubilamento

Será jubilado o discente que não renovar ou reabrir a matrícula no prazo estabelecido pelo IFPB e tiver duas reprovações totais e/ou desistências consecutivas em qualquer um dos semestres do curso.

9.13 Diplomação

O discente que concluir as disciplinas do curso e estágio supervisionado, ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obterá o Diploma de Técnico de Nível Médio na habilitação profissional cursada.

Para tanto, deverá o discente comparecer ao Protocolo do *Campus*, para dar entrada em dois processos:

- No primeiro processo, o aluno entrega a versão final do TCC endereçada à Coordenação de seu Curso, ou dá entrada, via protocolo, no seu processo de Reconhecimento de Estágio para a Coordenação de Estágio;

- Em seguida, o aluno solicita o formulário “Requerimento – Diplomas de Cursos Técnicos de Nível Médio” preenche-o, solicita os vistos da Biblioteca, e da CAEST; anexar os documentos requeridos e dirige-se, novamente, ao Protocolo para concluir o processo, endereçado à Coordenação do Curso os documentos requeridos são:

- a) Certidão de Nascimento / Certidão de Casamento;
- b) Identidade com a data de emissão;
- c) CPF;
- d) Título de Eleitor e documento de quitação com a Justiça Eleitoral;
- e) Carteira de Reservista ou CDI – Certificado de Dispensa de Incorporação (Sexo Masculino);
- f) Histórico de Conclusão do Ensino Fundamental;
- g) Certificado do Ensino Médio (IFPB);
- h) Comprovantes de “nada costa” da biblioteca e da CAEST.

Todas as cópias de documentos deverão ser autenticadas em cartório ou apresentadas juntamente com os originais na Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) para comprovação da devida autenticidade.

O histórico escolar indicará os conhecimentos definidos no perfil de conclusão do curso, estabelecido neste plano pedagógico de curso, em conformidade com o CNCT (2012) e a resolução 01/2014.

10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

10.1 DOCENTE

O corpo docente do curso técnico em Guia de turismo está formado por profissionais capacitados e qualificados para o exercício das seguintes disciplinas:

DOCENTE	COMPONENTE CURRICULAR	FORMAÇÃO / TITULAÇÃO
Verônica Pereira Batista	Português aplicado	M. Sc. em Letras
Bruna Alice Taveira de Lima	Informática básica	M.Sc. em Engenharia Elétrica
Jailma Marinho	Inglês I	Licenciatura em Letras, habilitação em Inglês
Marcelo Garcia de Oliveira	Fundamentos de ecologia e responsabilidade ambiental	Bacharel em Ciências Biológicas
Keitiana de Souza Silva	Fundamentos do turismo, hospitalidade e lazer	M. Sc. em Filosofia
Isabela Augusta Carneiro Bezerra	História aplicada ao turismo regional	M. Sc. em História
Ynakam Luis de Vasconcelos Leal	Geografia aplicada ao turismo regional	Especialista em Educação Continuada
Cláudia Luciene de Melo Silva	Relações interpessoais	M.Sc. Psicologia
Isabela Augusta Carneiro Bezerra	Manifestações da cultura popular	M. Sc. Em História
José Avenzoar Arruda das Neves	Direitos humanos e cidadania	Especialista em Direito do Trabalho
Isabela Augusta Carneiro Bezerra	Patrimônio histórico-cultural	M. Sc. em História
Keitiana de Souza Silva	Operacionalização de roteiros de viagens	M. Sc. em Filosofia
Marcelo Serrano de Oliveira Junior	Legislação do turismo	Especialista em Direito do Trabalho
Jailma Marinho	Inglês li	Licenciatura em Letras, habilitação em Inglês
Thyago de Almeida Silveira	Metodologia da pesquisa científica	M.SC. em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação
Keitiana de Souza Silva	Técnicas e práticas de guiamento regional	M. Sc. em Filosofia
Keitiana de Souza Silva	Técnicas e práticas de guiamento nacional	M. Sc. em Filosofia
Janaína Sales Holanda	Turismo náutico	M. Sc. Oceanografia biológica
Isabela Augusta Carneiro Bezerra	História da arte aplicada ao turismo	M. Sc. em História
Jailson Oliveira	Segurança e primeiros socorros	Bacharel em Ciências Biológicas
Isabela Augusta Carneiro Bezerra	História do brasil e américa do sul	M. Sc. em História
Ynakam Luis de Vasconcelos Leal	Geografia do brasil e america do sul	Especialista em Educação Continuada
Verônica Pereira Batista	Espanhol	M. Sc. em Letras

Álvaro Cavalcanti	Empreendedorismo	Dr. em Gestão Administrativa
-------------------	------------------	------------------------------

10.2 TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo do curso técnico em Guia de Turismo está formado por profissionais capacitados e qualificados para o exercício das seguintes funções:

SERVIDOR	TRIBUIÇÃO	FORMAÇÃO / TITULAÇÃO
Alisson Marcus Araújo de Oliveira	Mestre de embarcações	
André Carlos Pereira Campos	Assistente de administração	Especialista em navegação, pesca e transporte marítimo
Andreza Ferreira Lima Paiva	Coordenação administrativa	Especialista em gestão pública
Cinthya Raquel Pimentel da Mota	Pedagoga	Graduação em pedagogia/ Especialista em psicopedagogia institucional
Felipe Peixoto Mangueira Batista	Técnico de laboratório	Bacharel em química industrial
Fernando Luiz Amorim Albuquerque de Oliveira	Técnico em secretariado	Graduando em história
Helio Fernandes Bonavides Junior	Auxiliar de biblioteca	
Ionara da Nobrega Amâncio	Assistente social	Assistente social
João Paulo Santos de Oliveira	Assistente em administração	Sistemas de informação
Jordana Silva de Souza	Assistente de aluno	Graduação em enfermagem
Marcus César Holanda dos Santos	Técnico em tecnologia da informação	Sistemas de informação
Onaldo Montenegro Junior	Psicólogo	Psicólogo
Oriana Lira Rodrigues Gomes	Auxiliar em administração	Graduando em história
Renálide de Carvalho Moraes Fabrício	Técnica em assuntos educacionais	Graduada em letras-Francês-Português / Especialista em fundamentos da educação

11 BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFPB/REITORIA/CACC, iniciou as suas atividades em setembro de 2013, tendo como propósito reunir e disseminar informações relevantes às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, esforçando-se para contribuir efetivamente com o processo de construção do conhecimento. O acervo bibliográfico é constituído por obras de referências e livros nas áreas de Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia/Tecnologia; Ciências da Saúde e Ciências Ambientais. A Biblioteca do CACC vem buscando otimizar os seus serviços e se configurar como um espaço propício à realização de trabalhos, pesquisas e estudo,

além de um ambiente agradável às leituras, onde os usuários possam ter acesso aos mais diversos tipos de informação, nos diferentes suportes, que vai desde o mais tradicional (livro) até as mais modernas tecnologias. Além disso, vem mantendo uma política de ampliação e atualização do acervo com novas aquisições.

Tem como missão promover o acesso, a recuperação e a transferência da informação à comunidade acadêmica, visando contribuir para a sua formação profissional e humanística, colaborando para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade como um todo. A Biblioteca tem por objetivo apoiar efetivamente o processo de ensino desenvolvido pelo CACC, contribuindo, assim, na formação intelectual, social e cultural de seus usuários de forma individual e/ou coletiva.

São considerados usuários da Biblioteca os servidores lotados no *Campus Avançado Cabedelo Centro*, e os alunos regularmente matriculados nos cursos ofertados pelo campus. A Biblioteca pode ser utilizada, também, pelos demais membros da comunidade externa que a venham procurar com a finalidade de realizar suas pesquisas. O acesso às estantes do acervo geral é livre, com direito à consulta de todos os documentos registrados.

12 INFRAESTRUTURA

12.1 Espaço Físico Geral

O IFPB /Reitoria/CACC, disponibilizará para o Curso Técnico em Guia de Turismo as seguintes instalações: 08 salas de aulas comuns; 02 laboratórios de informática; 01 laboratório de processamento do pescado; 01 laboratório de navegação; 01 laboratório de máquinas; 01 copa; 01 sala de professores; 01 sala de servidor e manutenção de informática; 01 sala de coordenação dos cursos técnicos; 01 sala da diretoria de administração e planejamento; 01 Sala da direção geral; 01 sala da diretoria de desenvolvimento de ensino; 01 sala da coordenação de apoio pedagógico ao estudante; 01 almoxarifado; 01 banheiro individual; 02 banheiros coletivos; 01 sala do setor de controle acadêmico; 01 sala do setor de protocolo.

A segurança no CACC é realizada por um Serviço de Segurança Patrimonial e conta com a seguinte infraestrutura:

- Vigilância Noturna Armada;
- Sistema de prevenção de incêndio (extintores, caixas (mangueira) de incêndio e sistema de alarme);

- EPI diversos.

12.2 Recursos audiovisuais e multimídia

Os recursos audiovisuais disponibilizados pelo CACC que podem ser utilizados por professores e alunos do curso técnico em Guia de Turismo são:

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Televisor 50"	12
Projektor multimídia	08
GPS	03
Câmera Fotográfica	01
Lousa Interativa	02

12.3 Condições de acesso para pessoas com necessidades específicas

O atual prédio do CACC é todo térreo, possui rampas de acesso, atendendo ao que prescreve o Decreto nº 5.296/2004 e Portaria nº 3.824/2003, piso tátil para melhor atender as demandas de alunos com deficiência visual, banheiros adaptados para pessoas com necessidade especiais e grupo de servidores capacitado para o atendimento desses alunos.

Apesar da lei de cotas não possuir orientação acerca de inclusão em cursos de qualificação profissional, o CACC já reserva vagas em seus cursos de extensão e de qualificação para essa população entendendo que o trabalho dessa unidade de ensino é eminentemente inclusivo, em consonância ao exposto também esse curso técnico tem a preocupação em inserir com qualidade os alunos com deficiência.

13 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

O CACC está em consonância no que se refere às determinações do PDI, especialmente à estrutura arquitetônica do prédio, aquisição de equipamentos e procedimentos que favoreçam a acessibilidade. Ações didáticas efetivas estão sendo adotadas no sentido de prestar consultoria aos docentes, estimular e promover o desenvolvimento de atitudes e valores favoráveis à inclusão de pessoas com deficiências (PCDs), realização de pesquisas e produção de materiais didáticos. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) está em

fase de implantação.

Visando a inserção desses alunos no mercado de trabalho buscar-se-á disponibilização de vagas para estágio com Instituições e Empresas.

13.1 Infraestrutura de segurança

O IFPB, em observância à legislação específica, consolidará sua política de atendimento a pessoas com deficiência, procurando assegurar-lhes o pleno direito à educação para todos e efetivar ações pedagógicas visando à redução das diferenças e à eficácia da aprendizagem. Assim, assume o compromisso formal desta Instituição em todos os seus *campi*:

- Constituir os Núcleos de Apoio às pessoas com necessidades Especiais - NAPNEs, dotando-os de recursos humanos, materiais e financeiros, que viabilizem e deem sustentação ao processo de educação inclusiva;
- Contratar profissionais especializados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Adequar à estrutura arquitetônica, de equipamentos e de procedimentos que favoreça a acessibilidade nos campi;
- Construir rampas com barras de apoio e inclinação adequada, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros;
- Adquirir equipamentos específicos para acessibilidade: teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros;
- Adquirir material didático específico para acessibilidade: textos escritos, provas, exercícios e similares ampliados conforme a deficiência visual do aluno, livros em áudio e em Braille, software para ampliação de tela, sintetizador de voz e outros;
- Adquirir e promover a adaptação de mobiliários e disposição adequada à acessibilidade;
- Disponibilizar informações em LIBRAS no site da Instituição;
- Disponibilizar panfletos informativos em Braille.
- Promover formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;
- Estabelecer parcerias com as empresas, visando à inserção dos alunos com deficiência nos estágios curriculares e no mercado de trabalho.

14 LABORATÓRIOS

A infraestrutura dos laboratórios está assim delineada:

- 02 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA BÁSICA

MATERIAIS	QTD
Mesa executiva para docente	1
Cadeira para docente	1
Cadeira para discente	20
Computador	20
Projektor (Datashow)	1
Quadro Branco	1
Estabilizadores	1
Switchs Gigabit 48 portas	1
Ar condicionado	1

- 01 LABORATÓRIO DE NAVEGAÇÃO

MATERIAIS	QTD
Mesa executiva para docente	1
Cadeira para docente	1
Cadeira para discente	20
Computador	20
Projektor (Datashow)	1
Lousa interativa	1
Quadro Branco	1
Armário em aço	1
Estabilizadores	1
Switchs Gigabit 48 portas	1
Ar-condicionado	1

- 01 LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO DO PESCADO

MATERIAIS	QTD
Mesa executiva para docente	1
Cadeira para docente	1
Cadeira para discente	-
Armário em aço	2
Fogão	2

Estantes metálicas com 5 prateleiras	3
Geladeira	2
Freezer	2

- 01 LABORATÓRIO DE MECÂNICA NAVAL (Em fase de instalação)

MATERIAL	QTD
Estantes metálicas com 5 prateleiras	4
Lousa interativa	1
Kit didático Motor de combustão interna (Diesel)	1
Kit didático Motor de combustão interna (Otto)	1
Kit didático eletropneumático	1
Kit didático hidráulico	1
Kit de ferramentas mecânicas	2
Cadeira para discente	20
Ar condicionado	1

15 AMBIENTES DA ADMINISTRAÇÃO

MATERIAL	QTD
Cadeira escritório p/ administração	14
Computador	10
Armário alto em MDF	12
Armário baixo em MDF	12
Gaveteiro volante	11
Mesa em "L"	9
Mesa para reunião	1
Mesa reta ou executiva	2
Mesa redonda	4
Quadro branco	6
Armário com duas portas e chave em MDF	1
Armário em aço com 20 portas (portas bolsas dos professores)	1
Impressora Xerox Phaser	1
Impressora Samsung ELX-6250fx (color)	1
Mesas para impressora	6
Cadeiras para reunião	8
Cadeiras de apoio	38
Armário de aço fichário com 4 gavetas (arquivo)	13
Ar condicionado split 24000 btus	4

Ar condicionado split 12000 btus	1
Ar condicionado Split 9000 btus	7
Bebedouro geláguas de mesa	3

16 AMBIENTES DA COORDENAÇÃO DO CURSO

MATERIAL	QTD
Mesa em "L"	1
Cadeira giratória	7
Computador	2
Impressora Multifuncional	1
Mesa para reunião	1
Cadeiras para reunião	4
Armário alto	1
Armário baixo	3
Ar condicionado	1
Bebedouro Geláguas	1

17 SALAS DE AULA

MATERIAL	QTD
Mesa para docente	1
Cadeira para docente	1
Carteiras	40
Lousa digital	1
Quadro Branco	1
Ar condicionado	1
TV	1

18 REFERÊNCIAS

BARTOLOMEIS, F. Porquê avaliar? In **Avaliação pedagógica**: Antologia de textos. Setúbal. ESE de Setúbal, 1981, p.39.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, PROEJA, Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015**, do dia 21 julho de 2011.

_____. Ministério da Educação. Ministério do Trabalho. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC** — Lei nº 12.513/2011.

_____. **Lei nº. 11.892/2008**, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicado no D.O.U de 30.12.2008.

_____. **Decreto n. 5.154/2004**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 26.07.2004.

_____. **Lei n. 9.356/97**, de 11 de dezembro de 1997. Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Publicado no D.O.U. de 12.12.1997.

_____. **Lei nº. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: MEC/SEMTEC. Educação Profissional: legislação básica. Brasília, 1998. p. 19-48.

_____. **Lei nº. 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 11 de agosto de 1971.

_____. **Lei n. 6.202/75**, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 17.04.1975.

_____. **Decreto-Lei nº 1.044/69**, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Publicado no D.O.U. de 22.10.1969 e retificado no D.O.U. 11.11.1969.

_____. **Constituição 1988**: Texto Constitucional de outubro de 1988 – Emenda constitucional de Revisão. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

_____. CNE/CEB. **Parecer n.º 15/2008**, de 2 de junho de 1998. Regulamenta a base curricular nacional e a organização do Ensino Médio. In: MEC/SEMTEC. Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: bases legais. V.1. Brasília, 1999. p. 87-184.

_____. **Parecer nº 16/1999**, de 26 de novembro de 1999. Regulamenta as bases curriculares nacionais e a organização da Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 07-46.

_____. **Parecer nº 39/2004**, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. **Parecer nº 8**, de 9 de outubro de 2014. Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB n. 2/2014.

_____. **Parecer nº. 12/97** - Esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 (Em complemento ao Parecer CEB nº 05/97). Aprovado em 8.10.97.

_____. **Parecer nº. 11/2012**, aprovado em 9 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. **Resolução nº 6/2012** de 20 de Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. **Resolução n.º 4/1999**, de 26 de novembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 47-95.

_____. **Resolução nº 4/2012**, de 06 de junho de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (**Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, 3ª ed., 2016**).

_____. **Resolução nº 1**, de 05 de dezembro de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

_____. **Resolução nº 1/2005**, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**, 2010. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/2325I> >. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**, 2011. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/L2H> >. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, **Censo Educacional**, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/o155>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Decreto nº 5.296/2004**, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Publicado no D. O. U. de 03. 12. 2004.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**, 2012.

_____. **Lei nº 11.741/2008**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Publicado no D. O. U. de 17/07/2008.

_____. Ministério da Educação. Matriz de Referência para o Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310+enen.br>>.

_____. CNE/CEB. **Portaria nº 3.284/2003**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Publicado no D. O. U. de 11.11.2003 p. 12, Seção 1.

_____. CNE/CEB. **Resolução nº. 3/2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Publicado no D. O. U. de 10/07/2008.

_____. CNE/CEB. PL nº 8.530/2010. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, 2011-2020.

_____. CNE/CEB. **Resolução nº 1/2014**, de 5 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Publicação no DOU nº 237, de 08.12.2014, Seção 1, página 16/21.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IFPB. **Histórico IFPB**, disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acessado em 20 de maio de 2015.

_____, **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acessado em 11/05/2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2015 – 2019)**, 2015.

_____. **Regulamento Didático para os Cursos Técnicos Subsequentes (Resolução CS/IFPB n. 83, de 21 de outubro de 2011)**, 2011.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. **A Formação Continuada de Professores e suas relações com a prática docente**. 1999. 201p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados Ltda., 2004.